



# **EDITAL**

## **CONCESSÃO DE USO PARA EXPLORAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA - PEVV**

**CONCORRÊNCIA Nº 001/2019 - IAP**



## SUMÁRIO

<b>Parte I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....</b>	<b>8</b>
<b>1. DAS DEFINIÇÕES.....</b>	<b>8</b>
<b>2. DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE EDITAL .....</b>	<b>12</b>
 <b>Parte II - DO OBJETO, PRAZO E VALOR.....</b>	 <b>14</b>
<b>3. DO OBJETO DA LICITAÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>4. DO PRAZO .....</b>	<b>15</b>
<b>5. DO VALOR .....</b>	<b>15</b>
<b>6. DA OUTORGA MENSAL.....</b>	<b>16</b>
 <b>Parte III - DO ACESSO ÀS INFORMAÇÕES .....</b>	 <b>16</b>
<b>7. DA AQUISIÇÃO E CONSULTA AO EDITAL E ACESSO ÀS INFORMAÇÕES ..</b>	<b>16</b>
<b>8. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS.....</b>	<b>17</b>
<b>9. DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL .....</b>	<b>18</b>
<b>10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>19</b>
 <b>Parte IV - DAS REGRAS APLICÁVEIS A LICITAÇÃO .....</b>	 <b>20</b>
<b>11. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO .....</b>	<b>20</b>
<b>Seção I - Da Participação de Empresas Estrangeiras.....</b>	<b>21</b>
<b>Seção II - Da Participação em CONSÓRCIO .....</b>	<b>22</b>
<b>Seção III - Das Limitações à Participação na LICITAÇÃO .....</b>	<b>23</b>
<b>12. DAS VISITAS TÉCNICAS.....</b>	<b>24</b>
<b>13. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS.....</b>	<b>25</b>



<b>Parte V - DO CREDENCIAMENTO .....</b>	<b>28</b>
<b>14. DOS REPRESENTANTES DAS PROPONENTES.....</b>	<b>28</b>
<b>Parte VI - DOS DOCUMENTOS DA LICITAÇÃO.....</b>	<b>29</b>
<b>15. DA PROPOSTA ECONÔMICA E DO PLANO DE NEGÓCIOS .....</b>	<b>29</b>
<b>Seção I - Da PROPOSTA ECONÔMICA .....</b>	<b>30</b>
<b>Seção II - Do PLANO DE NEGÓCIOS.....</b>	<b>31</b>
<b>16. DOS DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO .....</b>	<b>33</b>
<b>Seção I - Da Habilitação Jurídica.....</b>	<b>34</b>
<b>Seção II - Da Regularidade Fiscal e Trabalhista.....</b>	<b>38</b>
<b>Seção III - Da Capacitação Técnica .....</b>	<b>40</b>
<b>Seção IV - Da Qualificação Econômico-Financeira.....</b>	<b>42</b>
<b>Seção V - Das Declarações .....</b>	<b>45</b>
<b>PARTE VII - DAS ETAPAS DA LICITAÇÃO .....</b>	<b>46</b>
<b>17. DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO .....</b>	<b>46</b>
<b>18. DA ABERTURA DOS ENVELOPES .....</b>	<b>47</b>
<b>Seção I - Do julgamento das PROPOSTAS ECONÔMICAS .....</b>	<b>48</b>
<b>Seção II - Do julgamento dos DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO .....</b>	<b>49</b>
<b>19. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS .....</b>	<b>50</b>
<b>20. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO .....</b>	<b>52</b>
<b>PARTE VIII - DAS CONDIÇÕES PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO ....</b>	<b>53</b>



<b>21. DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO.....</b>	<b>53</b>
<b>PARTE IX - DAS PENALIDADES .....</b>	<b>54</b>
<b>22. DAS PENALIDADES NO DECORRER DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO ..</b>	<b>54</b>
<b>PARTE X - DO FORO .....</b>	<b>55</b>
<b>23. DO FORO.....</b>	<b>55</b>
<b>PARTE XI - DISPOSIÇÕES FINAIS .....</b>	<b>55</b>
<b>24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS .....</b>	<b>55</b>
<b>PARTE XII - ANEXOS .....</b>	<b>56</b>
<b>ANEXO 1 - MODELO DE SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS .....</b>	<b>57</b>
<b>ANEXO 2 - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO .....</b>	<b>58</b>
<b>ANEXO 3 - MODELO DE PROCURAÇÃO.....</b>	<b>59</b>
<b>ANEXO 4 - MODELO DE PROCURAÇÃO (PROPONENTE ESTRANGEIRA) .....</b>	<b>60</b>
<b>ANEXO 5 - MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ECONÔMICA.....</b>	<b>61</b>
<b>ANEXO 6 - MODELO DE CARTA DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO .....</b>	<b>63</b>
<b>ANEXO 7 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUBMISSÃO À LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E RENÚNCIA DE RECLAMAÇÃO POR VIA DIPLOMÁTICA .....</b>	<b>64</b>
<b>ANEXO 8 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS EQUIVALENTES (PROPONENTE ESTRANGEIRA).....</b>	<b>65</b>
<b>ANEXO 9 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DOCUMENTOS EQUIVALENTES (PROPONENTE ESTRANGEIRA) .....</b>	<b>66</b>



<b>ANEXO 10 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE FINANCEIRA.....</b>	<b>67</b>
<b>ANEXO 11 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DOS TERMOS DO EDITAL E SEUS ANEXOS.....</b>	<b>68</b>
<b>ANEXO 12 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTO PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO.....</b>	<b>69</b>
<b>ANEXO 13 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES DO PEVV.....</b>	<b>70</b>
<b>ANEXO 14 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....</b>	<b>71</b>
<b>ANEXO 15 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PROCESSO FALIMENTAR, RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL, LIQUIDAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL, INSOLVÊNCIA, ADMINISTRAÇÃO ESPECIAL TEMPORÁRIA OU SOB INTERVENÇÃO DO ÓRGÃO FISCALIZADOR COMPETENTE .....</b>	<b>72</b>
<b>ANEXO 16 - MODELO DE COMPROMISSO DE COMPLIANCE .....</b>	<b>73</b>
<b>ANEXO 17 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DO DISPOSTO NO ARTIGO 10 DA LEI FEDERAL Nº 9.605/1998 (CRIMES AMBIENTAIS).....</b>	<b>74</b>
<b>ANEXO 18 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL .....</b>	<b>75</b>
<b>ANEXO 19 - DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS ....</b>	<b>76</b>
<b>ANEXO 20 - MINUTA DE CONTRATO .....</b>	<b>86</b>

## **PREÂMBULO**

O **ESTADO DO PARANÁ**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO TURISMO – SEDEST**, através do **INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ - IAP**, entidade autárquica estadual, criada por meio da Lei nº 10.066, de 27 de julho de 1992 e, com a anuência do **PARANÁ TURISMO**, entidade autárquica estadual, criada por meio da Lei nº 11.066, de 01 de janeiro de 1995, por meio da **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, designada pela Resolução Conjunta SEDEST/IAP/PARANÁ TURISMO nº 016, de 03 de setembro de 2019, torna público que fará realizar **LICITAÇÃO**, na modalidade **CONCORRÊNCIA Nº 001/2019 - IAP**, com o intuito de selecionar a **PROPOSTA ECONÔMICA** mais vantajosa destinada à delegação, por meio de **CONCESSÃO DE USO**, à iniciativa privada, para a exploração do **PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA - PEVV**.

A presente **LICITAÇÃO** será regida pelas regras previstas neste **EDITAL** e nos seus **ANEXOS**; pela Lei Complementar nº 76, de 21 de dezembro de 1995 c/c a Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; pela Lei Federal nº 9.074, de 07 de julho de 1995; e, subsidiariamente, pela Lei nº 15.608, de 16 de agosto de 2007 c/c a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais normas vigentes sobre a matéria.

O critério de julgamento da **LICITAÇÃO** será a “maior oferta”, assim considerada o **MAIOR PERCENTUAL** sobre a **RECEITA OPERACIONAL BRUTA** da **CONCESSIONÁRIA**, a fim de selecionar a maior **OUTORGA** para a celebração de **CONTRATO** de **CONCESSÃO DE USO**.

O objetivo da contratação é a exploração dos serviços de apoio à visitação, ao turismo sustentável, à interpretação ambiental e à recreação em contato com a natureza no **PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste **EDITAL** e em seus **ANEXOS**.

A **LICITAÇÃO** será conduzida em 02 (duas) fases distintas e sucessivas, sendo a primeira, destinada à abertura dos Envelopes e classificação da **PROPOSTA ECONÔMICA**; e, a segunda, para abertura e análise dos **DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO** das 03 (três) **PROPOSTANTES** titulares da melhor **PROPOSTA ECONÔMICA**, nos termos do artigo 85, inciso IV da Lei nº 15.608, de 16 de agosto de 2007.

A presente **LICITAÇÃO** foi precedida de Consulta Pública no período de 05/08/2019 a 20/08/2019 e de “Road Shows” realizados no dia 13/08/2019 na cidade de São Paulo, e no dia 14/08/2019 na cidade de Curitiba, no Estado do Paraná.



Também foi realizada Audiência Pública no dia 15/08/2019, na cidade de Ponta Grossa, em cumprimento ao disposto no artigo 83 da Lei nº 15.608/2007 c/c o artigo 39 da Lei Federal nº 8.666/1993.

Os instrumentos convocatórios foram apresentados ao Conselho Consultivo do **PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA**, nos termos da Portaria nº 41, de 18 de fevereiro de 2004, em reunião realizada no dia 31/07/2019.

A abertura da **LICITAÇÃO** ocorrerá em Sessão Pública a iniciar-se às 9h30min do dia 23/10/2019, no Auditório da SEDEST, localizado na Rua Desembargador Motta, nº 3384 – Mercês, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

A Sessão de recepção dos 02 (dois) Envelopes contendo a **PROPOSTA ECONÔMICA E PLANO DE NEGÓCIOS** e os **DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO** será realizada às 9:30hs do dia 23/10/2019, no endereço acima mencionado, ressalvadas as hipóteses de adiamentos em decorrência de impugnações a este EDITAL.

O **EDITAL** e seus **ANEXOS**, bem como todas as informações, estudos e projetos disponíveis sobre o **PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA** poderão ser obtidos nos endereços eletrônicos [www.gms.pr.gov.br](http://www.gms.pr.gov.br), [www.meioambiente.pr.gov.br](http://www.meioambiente.pr.gov.br) e [www.iap.pr.gov.br](http://www.iap.pr.gov.br).

**ESTADO DO PARANÁ**, 04 de setembro de 2019.

Vanderlei Pereira Peres  
Presidente da **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**



## Parte I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

### 1. DAS DEFINIÇÕES

**1.1.** Para os fins do presente **EDITAL** e, sem prejuízo de outras definições aqui estabelecidas ou na legislação em vigor, aplicam-se as seguintes definições às respectivas expressões:

**1.1.1. ADJUDICATÁRIA:** empresa ou **CONSÓRCIO** de empresas declarada vencedora da **LICITAÇÃO** pela **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, por apresentar o **MAIOR PERCENTUAL** sobre a **RECEITA OPERACIONAL BRUTA** e atender as demais exigências deste **EDITAL**, a quem for adjudicado o objeto do certame;

**1.1.2. ANEXO:** cada um dos documentos anexos a este **EDITAL**;

**1.1.3. ÁREA DA CONCESSÃO:** áreas integrantes da **CONCESSÃO DE USO**, localizadas no **PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA**, conforme detalhado no **CADERNO DE ENCARGOS**, anexo à **MINUTA DE CONTRATO**;

**1.1.4. CADERNO DE ENCARGOS:** caderno anexo à **MINUTA DE CONTRATO**, que abrange todas as condições, metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias e especificações mínimas que determinam as obrigações da **CONCESSIONÁRIA**;

**1.1.5. COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO:** comissão designada por ato do **PODER CONCEDENTE** com o intuito de fiscalizar a **CONCESSÃO DE USO**, conforme disposto na **MINUTA DE CONTRATO**;

**1.1.6. COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO:** comissão instituída por ato do Poder Executivo Estadual que será responsável por examinar e julgar todos os documentos e conduzir os procedimentos relativos à **LICITAÇÃO**;

**1.1.7. CONCESSÃO DE USO:** contrato administrativo pelo qual o Poder Público atribui a utilização exclusiva do **PEVV** à **CONCESSIONÁRIA**, para que o explore segundo a sua destinação específica, nos termos da legislação pertinente, deste **EDITAL** e da **MINUTA DE CONTRATO**;

**1.1.8. CONCESSIONÁRIA:** **SPE** a ser constituída, pela **ADJUDICATÁRIA** da **LICITAÇÃO**, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, sob a forma de sociedade anônima, responsável pela execução do **CONTRATO**;

**1.1.9. CONCORRÊNCIA Nº 001/2019 - IAP:** a presente **LICITAÇÃO**;



**1.1.10. CONSÓRCIO:** significa o grupo constituído por duas ou mais pessoas jurídicas, sob o mesmo controle ou não, para participar como **PROPONENTE** da **LICITAÇÃO**, as quais respondem solidariamente pelo cumprimento das obrigações decorrentes deste certame e, como condição de participação, vinculam-se pelo compromisso de constituição de **CONSÓRCIO** a ser apresentado no âmbito desta **LICITAÇÃO**, nos termos deste **EDITAL**;

**1.1.11. CONTRATO:** contrato de **CONCESSÃO DE USO** a ser celebrado entre o **PODER CONCEDENTE** e a **CONCESSIONÁRIA**, cuja minuta integra este **EDITAL**;

**1.1.12. D.I.O.E.:** Diário da Imprensa Oficial do **ESTADO DO PARANÁ**;

**1.1.13. DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO:** conjunto de documentos arrolados neste **EDITAL**, a ser obrigatoriamente apresentado pelas **PROPOSTANTES**, destinado a comprovar sua Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista, Capacitação Técnica e Qualificação Econômico-Financeira;

**1.1.14. EDITAL:** o presente **EDITAL** de **CONCORRÊNCIA Nº 001/2019 - IAP** e todos os seus **ANEXOS**;

**1.1.15. ESTADO DO PARANÁ:** é o **PODER CONCEDENTE** do **CONTRATO** de **CONCESSÃO DE USO**, neste ato representado pela **SEDEST**, através do **IAP** e com a anuência da **PARANÁ TURISMO**;

**1.1.16. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:** situação em que se verifica o cumprimento das condições do **CONTRATO** e a manutenção da alocação de riscos nele estabelecidas;

**1.1.17. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL:** a garantia do fiel cumprimento das obrigações do **CONTRATO**, a ser prestada e mantida pela **CONCESSIONÁRIA** em favor do **PODER CONCEDENTE**, nos montantes e nos termos definidos na **MINUTA DE CONTRATO**;

**1.1.18. INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ ou IAP:** entidade integrante da Administração Pública Estadual, submetida a regime autárquico, criada pela Lei nº 10.066, de 27 de julho de 1992 e responsável pela gestão das **UNIDADES DE CONSERVAÇÃO** no **ESTADO DO PARANÁ**;

**1.1.19. LICITAÇÃO:** procedimento administrativo objeto deste **EDITAL** e seus **ANEXOS**, para a contratação da **CONCESSÃO DE USO**;

**1.1.20. MAIOR PERCENTUAL DE OUTORGA:** critério de julgamento da **LICITAÇÃO**, sendo vencedora a **PROPOSTA ECONÔMICA** que apresentar o maior percentual sobre a **RECEITA OPERACIONAL BRUTA** da **CONCESSIONÁRIA**, a ser repassado, mensalmente, ao **PODER CONCEDENTE**, observado o percentual mínimo de 9% (nove por cento), tomando por base o **VALOR ESTIMADO DO CONTRATO**;

**1.1.21. MINUTA DE CONTRATO:** a minuta do **CONTRATO** de **CONCESSÃO DE USO**, que integra este **EDITAL**;

**1.1.22. OUTORGA:** valor percentual a ser repassado, pela **CONCESSIONÁRIA**, ao **PODER CONCEDENTE**, mensalmente, sobre a **RECEITA OPERACIONAL BRUTA**, a ser auferido, também, mensalmente;

**1.1.23. PARANÁ TURISMO:** autarquia estadual vinculada à **SEDEST**, criada por meio da Lei nº 11.066, de 01 de janeiro de 1995, proprietária da área de 424,88 hectares no **PEVV**, englobando as áreas dos Arenitos, Furnas e Lagoa Dourada;

**1.1.24. PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA ou PEVV:** Parque criado por meio da Lei nº 1.292, de 12 de outubro de 1953, com o objetivo de proteger o conjunto de formações areníticas de expressivo valor cênico, científico e ambiental na Região de Vila Velha;

**1.1.25. PLANO DE NEGÓCIOS:** plano elaborado pela **PROPONENTE**, segundo as premissas deste **EDITAL**, devidamente analisado por Instituição Financeira, e que deverá estar incluso no Envelope nº 01 juntamente com a **PROPOSTA ECONÔMICA**;

**1.1.26. PLANO DE MANEJO:** documento técnico do **PEVV**, disponível no endereço eletrônico [www.iap.pr.gov.br](http://www.iap.pr.gov.br), link Unidades de Conservação, no qual se estabelecem o zoneamento e as normas que deverão presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais do Parque;

**1.1.27. PODER CONCEDENTE:** é o **ESTADO DO PARANÁ**, neste ato representado pela **SEDEST**, através do **IAP** e com a anuência da **PARANÁ TURISMO**;

**1.1.28. PROPONENTE:** cada participante da presente **LICITAÇÃO**, individualmente ou reunida em **CONSÓRCIO**;

**1.1.29. PROGRAMA DE INTEGRIDADE:** significa, no âmbito de uma pessoa jurídica, o conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e à aplicação efetiva de

códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira;

**1.1.30. PROPOSTA ECONÔMICA:** o valor percentual sobre a **RECEITA OPERACIONAL BRUTA** ofertada pela **PROPONENTE** na **LICITAÇÃO**, tendo como base o **VALOR ESTIMADO DO CONTRATO**, observado o valor mínimo, nos termos deste **EDITAL**;

**1.1.31. RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS:** quaisquer receitas complementares, acessórias ou alternativas obtidas pela **CONCESSIONÁRIA** em decorrência da exploração das atividades econômicas realizadas no **PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA** e de projetos associados;

**1.1.32. RECEITA OPERACIONAL BRUTA:** receitas financeiras totais decorrentes das operações de exploração dos serviços de apoio à visitação, ao turismo sustentável, à interpretação ambiental e à recreação em contato com a natureza no **PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA**, bem como a venda de produtos de quaisquer tipos nos limites da **ÁREA DA CONCESSÃO**, sem a incidência de quaisquer tipos de deduções, descontos, devoluções, abatimentos, impostos, contribuições, custos ou despesas operacionais;

**1.1.33. REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S):** pessoa(s) autorizada(s) a representar as **PROPONENTES** em todos os documentos relacionados ao certame, bem como intervir e praticar atos durante a Sessão Pública da **LICITAÇÃO**;

**1.1.34. REVISÃO EXTRAORDINÁRIA:** revisão do **CONTRATO**, a pedido da **CONCESSIONÁRIA** ou por ato de ofício do **PODER CONCEDENTE**, a fim de ajustá-lo às mudanças, alterações ou condições que venham a influenciar o cumprimento contratual e recompor o seu **EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**, em que não seja possível tratar a questão em sede de **REVISÃO ORDINÁRIA**;

**1.1.35. REVISÃO ORDINÁRIA:** revisão do **CONTRATO**, realizada a cada 05 (cinco) anos, contados a partir da data de assinatura deste Instrumento, com a finalidade de adaptar os critérios, demanda, investimentos e quaisquer condições da **CONCESSÃO DE USO** às modificações que tenham sido percebidas neste período, a fim de recompor o seu **EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**;

**1.1.36. SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO TURISMO ou SEDEST:** órgão da Administração Pública Estadual, a quem compete, dentre outros, a formulação, execução e

desenvolvimento das políticas de proteção, conservação e restauração do patrimônio natural e da política de turismo, visando ao desenvolvimento sustentável do Estado do Paraná, em sua esfera de competência;

**1.1.37. SPE:** Sociedade de Propósito Específico, sob a forma de sociedade por ações, a ser constituída pela **PROPONENTE** vencedora da **LICITAÇÃO**, com a finalidade específica de explorar o objeto da **CONCESSÃO DE USO** e que celebrará o **CONTRATO** com o **PODER CONCEDENTE**;

**1.1.38. TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE SPE:** documento pelo qual a **PROPONENTE** compromete-se a constituir a **SPE**, caso seja **ADJUDICATÁRIA** da **LICITAÇÃO**, conforme os termos deste **EDITAL**;

**1.1.39. VALOR ESTIMADO DO CONTRATO:** valor de R\$ 9.844.428,34 (nove milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e oito reais e trinta e quatro centavos), na data base de agosto de 2019, correspondente à somatória do montante dos investimentos mínimos a serem realizados pela **CONCESSIONÁRIA** durante o prazo de vigência da **CONCESSÃO DE USO**.

**1.2.** As siglas, termos e expressões listados no singular incluem o plural e vice-versa.

## **2. DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE EDITAL**

**2.1.** Integram o presente **EDITAL** os seguintes **ANEXOS**:

**2.1.1. ANEXO 1 - MODELO DE SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS**

**2.1.2. ANEXO 2 - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO**

**2.1.3. ANEXO 3 - MODELO DE PROCURAÇÃO**

**2.1.4. ANEXO 4 - MODELO DE PROCURAÇÃO (PROPONENTE)**

**2.1.5. ANEXO 5 - MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ECONÔMICA**

**2.1.6. ANEXO 6 - MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO**



**2.1.7. ANEXO 7** - MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUBMISSÃO À LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E RENÚNCIA DE RECLAMAÇÃO POR VIA DIPLOMÁTICA (EMPRESAS ESTRANGEIRAS)

**2.1.8. ANEXO 8** - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PESSOA FÍSICA ESTRANGEIRA DE DOCUMENTOS EQUIVALENTES

**2.1.9. ANEXO 9** - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DOCUMENTOS EQUIVALENTES (PROPONENTE ESTRANGEIRA)

**2.1.10. ANEXO 10** - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE FINANCEIRA

**2.1.11. ANEXO 11** - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DOS TERMOS DO EDITAL E SEUS ANEXOS

**2.1.12. ANEXO 12** - MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTO PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

**2.1.13. ANEXO 13** - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES DO PEVV

**2.1.14. ANEXO 14** - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

**2.1.15. ANEXO 15** - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PROCESSO FALIMENTAR, RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL, LIQUIDAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL, INSOLVÊNCIA, ADMINISTRAÇÃO ESPECIAL TEMPORÁRIA OU SOB INTERVENÇÃO DO ÓRGÃO FISCALIZADOR COMPETENTE

**2.1.16. ANEXO 16** - MODELO DE COMPROMISSO DE COMPLIANCE

**2.1.17. ANEXO 17** - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DO DISPOSTO NO ARTIGO 10 DA LEI FEDERAL Nº 9.605/1998

**2.1.18. ANEXO 18** - MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

**2.1.19. ANEXO 19** - DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS

**2.2.20. ANEXO 20** - MINUTA DE CONTRATO.



## **Parte II - DO OBJETO, PRAZO E VALOR**

### **3. DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

**3.1.** A presente **LICITAÇÃO**, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, tem como objeto selecionar a **PROPOSTA ECONÔMICA** mais vantajosa para a **CONCESSÃO DE USO** do **PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA**, incluindo a exploração dos serviços de apoio à visitação, ao turismo sustentável, à interpretação ambiental e a recreação em contato com a natureza, nos termos, no prazo e nas condições estabelecidas neste **EDITAL** e seus **ANEXOS**, no **PLANO DE MANEJO** do **PEVV** e na legislação aplicável.

**3.2.** Caberá, obrigatoriamente, à **CONCESSIONÁRIA**, no mínimo, a prestação dos seguintes serviços na **ÁREA DA CONCESSÃO**:

**3.2.1.** Venda de Ingressos de Entrada e dos Atrativos, com implantação e gestão da emissão e cobrança de bilhetes;

**3.2.2.** Implantação e Gestão de Instalações, Espaços e Serviços de Controle e Cobrança de Estacionamento Veicular;

**3.2.3.** Implementação e Gestão do Serviço de Transporte Interno;

**3.2.4.** Implementação e Gestão de Serviços de Alimentação;

**3.2.5.** Gestão do Centro de Visitantes;

**3.2.6.** Gestão da Loja de Conveniência;

**3.2.7.** Monitoramento do Uso Público nas Trilhas e nos Atrativos;

**3.2.8.** Manutenção das Estruturas na **ÁREA DA CONCESSÃO**;

**3.2.9.** Implantação e Gestão do Sistema de Segurança Patrimonial; e

**3.2.10.** Gestão dos Encargos na **ÁREA DA CONCESSÃO**, nos termos do **CADERNO DE ENCARGOS**.

**3.3.** Não será facultada, à **PROPONENTE**, a participação em um ou mais serviços separadamente, devendo oferecer **PROPOSTA** global, nos termos deste **EDITAL**.



**3.4. A CONCESSIONÁRIA** poderá explorar fontes de **RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS**, desde que observe os objetivos de criação do Parque e suas normas, nos termos da **MINUTA DE CONTRATO**.

**3.5.** Todas as ascensões e benfeitorias, ainda que úteis, necessárias ou voluptuárias, realizadas pela **CONCESSIONÁRIA** na **ÁREA DA CONCESSÃO**, ficarão incorporadas ao mesmo, não lhe assistindo qualquer direito à indenização ou retenção, independentemente de os investimentos realizados terem sido amortizados ou não durante o período de exploração da **CONCESSÃO DE USO**, nos termos previstos na **MINUTA DE CONTRATO**.

**3.6. A ÁREA DA CONCESSÃO** é a que se encontra delimitada no **CADERNO DE ENCARGOS**, anexo à **MINUTA DE CONTRATO**.

**3.7.** Será de responsabilidade exclusiva da **CONCESSIONÁRIA**, durante todo o prazo da **CONCESSÃO DE USO**, a obtenção das licenças e autorizações federais, estaduais ou municipais necessárias para a execução do objeto da **CONCESSÃO DE USO**, incluindo os custos relacionados a tal finalidade.

**3.8. A CONCESSIONÁRIA** deverá operar diretamente os serviços de Venda de Ingressos de Entrada e dos Atrativos e o Transporte Interno do **PEVV**.

**3.8.1.** Observado o disposto neste subitem, é permitida a subcontratação de terceiros, por conta e risco da **CONCESSIONÁRIA**, para a exploração das demais atividades, serviços e obras, desde que isso não implique na transferência total ou parcial da **CONCESSÃO DE USO**, nos termos previstos na **MINUTA DE CONTRATO**.

#### **4. DO PRAZO**

**4.1.** O prazo de vigência da **CONCESSÃO** é de 30 (trinta) anos, contados da data de assinatura do **CONTRATO**, sendo possível a prorrogação nos termos da **MINUTA DE CONTRATO**.

#### **5. DO VALOR**

**5.1.** O **VALOR ESTIMADO DO CONTRATO** é de R\$ 9.844.428,34 (nove milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e oito reais e trinta e quatro centavos), na data base de agosto de 2019, correspondente à somatória do montante dos investimentos mínimos obrigatórios a serem realizados pela **CONCESSIONÁRIA** durante o prazo de vigência da **CONCESSÃO DE USO**.

**5.2. O VALOR ESTIMADO DO CONTRATO** é meramente indicativo, não vinculando, em nenhuma hipótese, qualquer pleito de recomposição do **EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO** requerido no âmbito da **CONCESSÃO DE USO**.

**5.3. Não** haverá qualquer remuneração à **CONCESSIONÁRIA**, por parte do **PODER CONCEDENTE**, a qualquer título, sendo que os serviços objeto desta **LICITAÇÃO** serão remunerados, exclusivamente, através da exploração da **ÁREA DA CONCESSÃO**.

**5.4. Poderá**, a **CONCESSIONÁRIA**, explorar fontes provenientes de **RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS**, nos termos do artigo 13 da Lei Complementar nº 76/1995 c/c o artigo 11 da Lei Federal nº 8.987/1995 e de acordo com disposto na **MINUTA DE CONTRATO**.

## **6. DA OUTORGA MENSAL**

**6.1. Caberá**, à **CONCESSIONÁRIA**, o pagamento mensal de **OUTORGA**, ao **PODER CONCEDENTE**, sobre sua **RECEITA OPERACIONAL BRUTA**, a ser auferida mensalmente, até o 10º dia do mês subsequente à exploração do serviço.

**6.1.1. O** percentual de **OUTORGA** será definido no âmbito desta **LICITAÇÃO**, nos termos deste **EDITAL**

**6.2. A CONCESSIONÁRIA** encaminhará, à **COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO**, mensalmente, o comprovante de depósito realizado em conta específica, a ser aberta, pelo **PODER CONCEDENTE**, no Banco do Brasil.

**6.3. O** relatório mensal referente a **RECEITA OPERACIONAL BRUTA** arrecadada será enviado, por meio eletrônico, à **COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO**, até o 5º dia útil do mês subsequente à exploração do serviço, para verificação do valor do percentual de **OUTORGA**.

## **Parte III - DO ACESSO ÀS INFORMAÇÕES**

### **7. DA AQUISIÇÃO E CONSULTA AO EDITAL E ACESSO ÀS INFORMAÇÕES**

**7.1. O EDITAL** e seus **ANEXOS**, bem como demais informações, estudos e projetos disponíveis sobre o **PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA** poderão ser obtidos nos endereços eletrônicos [www.gms.pr.gov.br](http://www.gms.pr.gov.br), [www.iap.pr.gov.br](http://www.iap.pr.gov.br) e [www.meioambiente.pr.gov.br](http://www.meioambiente.pr.gov.br).



**7.2.** Os interessados deverão obter o **EDITAL** pelos meios acima especificados, para garantir a autenticidade dos textos e de que estão em seu poder todos os documentos e **ANEXOS** que compõem o **EDITAL**.

**7.3.** O **PODER CONCEDENTE** não se responsabilizará pelo **EDITAL** e seus **ANEXOS** obtidos ou conhecidos de forma ou em local diverso do especificado neste **EDITAL**.

**7.4.** A obtenção do **EDITAL** e seus **ANEXOS**, bem como demais estudos e projetos, não será condição para participação na **LICITAÇÃO**, sendo imprescindível para tanto o conhecimento e aceitação, pelas **PROPOSTANTES**, de todos os seus termos e condições.

**7.5.** A documentação fornecida pelo **PODER CONCEDENTE** exclusivamente às **PROPOSTANTES** não poderá ser reproduzida, divulgada e utilizada, de forma total ou parcial, para quaisquer outros fins que não os expressos neste **EDITAL**.

**7.6.** São partes vinculantes ao presente **EDITAL** todos os seus **ANEXOS**, sendo que os Estudos de Viabilidade servirão unicamente como parâmetro para que as **PROPOSTANTES** elaborarem os seus próprios estudos.

**7.7.** Todos os avisos pertinentes a presente **LICITAÇÃO** serão publicados no **D.I.O.E.**, órgão da Imprensa Oficial do **ESTADO DO PARANÁ**, em jornais de grande circulação e regionais, bem como nos endereços eletrônicos: [www.gms.pr.gov.br](http://www.gms.pr.gov.br), [www.iap.pr.gov.br](http://www.iap.pr.gov.br) e [www.meioambiente.pr.gov.br](http://www.meioambiente.pr.gov.br).

**7.7.1.** Ressalva-se que todas as publicações posteriores, relativas ao presente certame, serão feitas somente no **D.I.O.E.**

## **8. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS**

**8.1.** A **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** poderá prestar esclarecimentos sobre o **EDITAL**, de ofício ou a requerimento dos interessados, sendo que referidos esclarecimentos vincularão a interpretação de suas regras.

**8.2.** Caso qualquer interessado necessite de informações complementares ou esclarecimentos, deverá solicitá-los, formalmente, à **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, até às 18:00 horas do 5º (quinto) dia útil que anteceder a data de abertura do certame, da seguinte forma:

**8.2.1.** Por meio eletrônico, no e-mail [licitacao-pevv@sema.pr.gov.br](mailto:licitacao-pevv@sema.pr.gov.br), acompanhado do arquivo contendo as questões formuladas, em formato “doc” ou “.docx”; ou

**8.2.2.** Por meio de correspondência protocolada na sede do **IAP**, contendo as questões, conforme modelo constante do **ANEXO 1**, impressas e em meio magnético, com o respectivo arquivo gravado em formato “doc” ou “.docx”.

**8.3.** A **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** não responderá questões que tenham sido formuladas em desconformidade com o disposto no subitem **8.2** acima.

**8.4.** As respostas serão disponibilizadas via e-mail, em até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, bem como nos endereços eletrônicos [www.gms.pr.gov.br](http://www.gms.pr.gov.br), [www.iap.pr.gov.br](http://www.iap.pr.gov.br) e [www.meioambiente.pr.gov.br](http://www.meioambiente.pr.gov.br), sem identificação da fonte do questionamento.

**8.5.** Todas as respostas da **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** aos pedidos de esclarecimentos realizados nos termos deste item passarão a fazer parte integrante deste **EDITAL**.

**8.6.** Todas as correspondências referentes a este **EDITAL**, enviadas a **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, serão consideradas entregues na data de seu recebimento, pelo destinatário, exceto as recebidas após as 18 horas (horário de Brasília), inclusive no caso de correspondências dirigidas ao endereço eletrônico, que serão consideradas recebidas no dia útil imediatamente posterior.

## **9. DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL**

**9.1.** Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este **EDITAL** por irregularidade na aplicação da legislação que o rege, em até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a apresentação dos Envelopes, sob pena de decadência do direito, devendo a **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** julgar e responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis.

**9.2.** Se feita por **PROPONENTE** interessado em participar da **LICITAÇÃO**, a impugnação poderá ser protocolada em até 02 (dois) dias úteis antes da data de apresentação dos Envelopes, devendo, a **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, julgar e responder à impugnação até o dia útil anterior ao da abertura da **LICITAÇÃO**, conforme previsto no Preâmbulo deste **EDITAL**.

**9.3.** As impugnações a este **EDITAL** deverão ser dirigidas ao Presidente da **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** e protocoladas na sede do **IAP**, no endereço indicado no Preâmbulo, observadas as condições legais.

**9.4.** A impugnação deverá especificar a qual item faz referência ou indicar que se refere ao **EDITAL** como um todo.

**9.5.** A impugnação feita tempestivamente por qualquer das **PROponentes** não a impedirá de participar da **LICITAÇÃO**.

**9.6.** Acolhida a impugnação, a **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** deverá divulgar, em aviso a ser publicado no **D.I.O.E.**, as alterações promovidas neste **EDITAL**, devendo o prazo inicialmente estabelecido para apresentação dos Envelopes ser reaberto, salvo se tais modificações não importarem, inquestionavelmente, na alteração das regras para a apresentação dos documentos e informações exigidas nesta **LICITAÇÃO**.

## **10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**10.1.** Todos os documentos da **LICITAÇÃO**, bem como as correspondências trocadas entre as **PROponentes** e o **PODER CONCEDENTE** deverão ser redigidos em língua portuguesa, sendo toda a documentação consultada e interpretada de acordo com este idioma.

**10.2.** Não serão considerados, para efeito de avaliação e julgamento das **PROPOSTAS**, os documentos de origem estrangeira apresentados em outras línguas sem a autenticação junto às Repartições Consulares do Ministério das Relações Exteriores (MRE) no exterior e a devida tradução juramentada para a língua portuguesa.

**10.3.** Exceto quando expressamente autorizado neste instrumento convocatório, os documentos deverão ser apresentados conforme os modelos constantes deste **EDITAL**, quando houver.

**10.4.** Todas as referências de horário do presente **EDITAL** referem-se ao horário oficial de Brasília.

**10.5.** Todas as correspondências referentes ao **EDITAL**, enviadas ao **PODER CONCEDENTE**, serão consideradas como entregues na data do seu recebimento, mediante protocolo ou outra forma de confirmação de recebimento de mensagens, em caso de correspondência eletrônica.

**10.6.** As correspondências recebidas pelo **PODER CONCEDENTE** após as 18h, inclusive as correspondências dirigidas ao endereço eletrônico, serão consideradas como recebidas no dia útil imediatamente posterior.

**10.7.** Qualquer alteração no **EDITAL** será divulgada no **D.I.O.E.** e nos endereços eletrônicos [www.gms.pr.gov.br](http://www.gms.pr.gov.br), [www.iap.pr.gov.br](http://www.iap.pr.gov.br) e [www.meioambiente.pr.gov.br](http://www.meioambiente.pr.gov.br).

**10.8.** Os documentos apresentados em meio eletrônico não poderão ter restrições de acesso ou proteção de conteúdo.

**10.9.** A participação na **LICITAÇÃO** implica a integral e incondicional aceitação de todos os termos, disposições e condições deste **EDITAL** e seus **ANEXOS**, bem como das demais normas aplicáveis ao certame.

**10.10.** As informações, estudos, pesquisas, investigações, levantamentos, projetos, planilhas e demais documentos ou dados, relacionados ao objeto da **CONCESSÃO DE USO** e à sua exploração, disponibilizados no sítio eletrônico do **IAP**, foram realizados e obtidos para fins exclusivos de precificação da **LICITAÇÃO**, não apresentando qualquer caráter vinculativo que responsabilize o **PODER CONCEDENTE** perante as **PROPOSTANTES** ou perante a **CONCESSIONÁRIA**.

**10.11.** As **PROPOSTANTES** são responsáveis pela análise direta das condições do **PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA** e de todos os dados e informações sobre a exploração da **CONCESSÃO DE USO**, bem como pelo exame de todas as instruções, condições, exigências, leis, decretos, normas, especificações e regulamentações aplicáveis à **CONCORRÊNCIA** e ao **CONTRATO**, devendo arcar com seus respectivos custos e despesas, inclusive no tocante à realização de estudos, investigações, levantamentos, projetos e investimentos.

**10.12.** A participação no certame implica a integral e incondicional aceitação de todos os termos, disposições e condições deste **EDITAL** e seus **ANEXOS**, bem como das demais normas aplicáveis à **LICITAÇÃO**, ressalvado o disposto no artigo 72, § 2º da Lei nº 15.608/2007 c/c o artigo 41, § 3ª da Lei Federal nº 8.666/1993.

## **Parte IV - DAS REGRAS APLICÁVEIS A LICITAÇÃO**

### **11. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO**

**11.1.** Poderão participar da **LICITAÇÃO**, isoladamente ou em **CONSÓRCIO**, de acordo com os termos deste **EDITAL**:

**11.1.1.** Pessoas Jurídicas nacionais ou estrangeiras;

**11.1.2.** Entidades de Previdência Complementar; e

**11.1.3.** Fundos de Investimento.

**11.2.** Para os fins do disposto no subitem **11.1** acima, as Entidades de Previdência Complementar e os Fundos de Investimento só poderão participar da **LICITAÇÃO**



quando reunidos em **CONSÓRCIO** com entidades cuja natureza seja diversa de sua própria.

**11.3.** Além de outros documentos exigidos neste **EDITAL**, a participação da **PROPONENTE** em **CONSÓRCIO** ficará condicionada à apresentação de Termo de Compromisso de Constituição de **CONSÓRCIO**, devendo conter, no mínimo, as seguintes informações:

**11.3.1.** Qualificação das empresas integrantes do **CONSÓRCIO**;

**11.3.2.** Composição do **CONSÓRCIO**, indicando o percentual de participação de cada membro no seu capital;

**11.3.3.** Indicação da empresa líder como responsável pelos atos praticados pelo **CONSÓRCIO** perante o **PODER CONCEDENTE**; e

**11.3.4.** Declaração expressa de todos os integrantes do **CONSÓRCIO** de aceitação de responsabilidade solidária, nos termos do artigo 20, § 2º da Lei Complementar nº 76/1995 c/c o artigo 19, § 2ª da Lei Federal nº 8.987/1995; do artigo 79, inciso V da Lei nº 15.608/2007 c/c o artigo 33, inciso V da Lei Federal nº 8.666/1993, no tocante ao objeto da **CONCESSÃO DE USO**, cobrindo, integralmente, todas as obrigações assumidas na **LICITAÇÃO**, nos termos deste **EDITAL**.

### **Seção I - Da Participação de Empresas Estrangeiras**

**11.4.** No caso de pessoas jurídicas **estrangeiras** em funcionamento no país, as **PROPOSTANTES** deverão, como condição indispensável de participação na **LICITAÇÃO**:

**11.4.1.** Apresentar Decreto de Autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**11.4.2.** Obedecer às disposições das Resoluções nº 444, de 14 de abril de 2000 e nº 1.025, de 12 de novembro de 2009, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA;

**11.4.3.** Possuir representante no Brasil, regularmente constituído, com poderes expressos para resolver quaisquer questões, receber citação judicial pela sociedade e por ela responder administrativa e judicialmente, sendo que a não indicação de representante implica aceitação dos procedimentos da Administração e, conforme o caso, revela quanto aos atos que couberem ao **PROPOSTANTE**, nos termos do artigo 32, § 4º, inciso II da Lei nº 15.608/2007;



**11.4.4.** Na hipótese de participação em **CONSÓRCIO**, as exigências contidas neste subitem **11.4** deverão ser atendidas individualmente pelas **PROponentes estrangeiras**.

**11.5.** As **PROponentes estrangeiras** deverão apresentar, tanto para a participação isolada como em **CONSÓRCIO**, os documentos equivalentes aos **DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO**, autenticados pela autoridade consular brasileira de seu país de origem e traduzidos por tradutor juramentado.

## **Seção II - Da Participação em CONSÓRCIO**

**11.6.** As **PROponentes** organizadas em **CONSÓRCIO** deverão atender às disposições dos artigos 51 e 79 da Lei nº 15.608/2007 c/c o artigo 33 da Lei Federal nº 8.666/1993; do artigo 20 da Lei Complementar nº 76/1995 c/c o artigo 19 da Lei Federal nº 8.987/1995, bem como àquelas estabelecidas neste **EDITAL** e seus **ANEXOS** e, ainda, observar os pré-requisitos a seguir:

**11.6.1.** No **CONSÓRCIO** formado entre **PROponentes** brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à sociedade brasileira;

**11.6.2.** Cada consorciada deverá atender, individualmente, às exigências relativas aos **DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO**, além das declarações adicionais individuais previstas neste **EDITAL**, ressalvada a possibilidade do somatório de quantitativos quando este **EDITAL** assim o permitir;

**11.6.3.** As empresas integrantes do **CONSÓRCIO** poderão somar seus quantitativos de Capacitação Técnica para o fim de atendimento às exigências deste **EDITAL**;

**11.6.4.** Para efeito de Qualificação Econômico-Financeira, será aceito o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação;

**11.6.5.** A desclassificação/inabilitação de qualquer consorciada acarretará a automática desclassificação/inabilitação do **CONSÓRCIO**;

**11.6.6.** Não há limite de número de consorciadas para constituição do **CONSÓRCIO**;

**11.6.7.** Nenhuma **PROponente** poderá participar de mais de um **CONSÓRCIO**, ainda que por intermédio de suas coligadas, controladoras, controladas ou empresas sob controle comum ou, ainda, com percentagens





distintas, sob pena de desclassificação do certame, não importando a fase em que vier a ser revelado;

**11.6.8.** Caso uma **PROPONENTE** participe de um **CONSÓRCIO**, ficará ela, suas coligadas, controladoras, controladas ou empresas sob controle comum, impedidas de participar isoladamente da **LICITAÇÃO**;

**11.6.9.** Não será admitida a inclusão, a substituição, a retirada ou a exclusão de consorciadas até a assinatura do **CONTRATO**, tampouco a alteração na proporção de participação das consorciadas;

**11.6.10.** As sociedades integrantes do **CONSÓRCIO** serão solidariamente responsáveis, perante o **PODER CONCEDENTE**, pelos atos praticados no âmbito da **LICITAÇÃO**;

**11.6.11.** A responsabilidade solidária das consorciadas cessará, para fins das obrigações assumidas em virtude da **LICITAÇÃO**:

**11.6.11.1.** No caso de o **CONSÓRCIO** ter sido a **PROPONENTE** vencedora, com a assinatura do **CONTRATO**; e

**11.6.11.2.** No caso de o **CONSÓRCIO** não ter sido a **PROPONENTE** vencedora, até a assinatura do **CONTRATO** pela vencedora do certame.

### **Seção III - Das Limitações à Participação na LICITAÇÃO**

**11.7.** Não poderão participar da **LICITAÇÃO**, pessoas jurídicas, isoladamente ou em **CONSÓRCIO**, bem como os seus sócios, de acordo com os termos deste **EDITAL**:

**11.7.1.** Declaradas inidônea por ato do Poder Público;

**11.7.2.** Impedidas ou suspensas de participar de Licitação ou contratar com a Administração Pública Estadual, durante o prazo da sanção aplicada;

**11.7.3.** Condenadas, por sentença transitada em julgado, à pena de interdição de direitos devido à prática de crimes ambientais, conforme disciplinado no artigo 10 da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;

**11.7.4.** Proibidas de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no artigo 72, § 8º da Lei Federal nº 9.605/1998;

**11.7.5.** Proibidos de contratar com o Poder Público, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992;

**11.7.6.** Cujos dirigentes ou responsáveis técnicos sejam ou tenham sido ocupantes de cargo efetivo, emprego ou cargo comissionado junto ao **ESTADO DO PARANÁ** e/ou ao **IAP**, nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da publicação deste **EDITAL**;

**11.7.7.** Que possua registro no Cadastro Informativo Estadual – CADIN Estadual, nos termos da Lei nº 18.466, de 27 de abril de 2015, regulamentada pelo Decreto nº 1.933, de 20 de julho de 2015; e

**11.7.8.** Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação.

**11.7.8.1.** As **PROPONENTES** que estiverem em recuperação judicial que tiveram seu Plano de Recuperação aprovado judicialmente poderão participar do certame.

**11.8.** Cada **PROPONENTE** poderá apresentar uma só **PROPOSTA**.

**11.9.** É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de uma **PROPONENTE**.

## **12. DAS VISITAS TÉCNICAS**

**12.1.** As **PROPONENTES** poderão vistoriar a **ÁREA DA CONCESSÃO**, objeto da **LICITAÇÃO**, no **PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA**, por meio de visitas técnicas que deverão ser agendadas pelo e-mail [licitacao-pevv@sema.pr.gov.br](mailto:licitacao-pevv@sema.pr.gov.br).

**12.2.** As visitas técnicas ficarão a critério das **PROPONENTES**, contudo, deverão ser solicitadas, pelas interessadas, com antecedência de até 20 (vinte) dias antes da Sessão de Abertura da **LICITAÇÃO** e deverão ser realizadas até o 5º (quinto) dia útil anterior à Sessão de Abertura do certame, conforme previsto no Preâmbulo deste **EDITAL**.

**12.3.** Eventuais prejuízos em virtude de omissões na verificação das condições do **PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA** serão de integral responsabilidade das **PROPONENTES**.

**12.4.** As **PROPONENTES** serão responsáveis pela análise direta das condições, dados e informações relativas ao **PEVV**.

**12.4.1.** As informações, estudos, pesquisas, investigações, levantamentos, projetos, planilhas e demais documentos ou dados, relacionados ao **PEVV** e



disponibilizados pelo **PODER CONCEDENTE**, serão obtidos pela **PROPONENTE** para fins exclusivos de referência para a elaboração da respectiva **PROPOSTA**, não apresentando qualquer caráter vinculativo ou qualquer efeito do ponto de vista da responsabilidade do **PODER CONCEDENTE** perante as **PROPONENTES** ou à futura **CONCESSIONÁRIA**.

**12.5.** As **PROPONENTES** arcarão com os respectivos custos e despesas que incorrerem para a realização dos estudos, investigações, levantamentos, projetos e investimentos relacionados a **LICITAÇÃO** ou ao processo de contratação dela decorrente, não havendo ressarcimento de qualquer ordem pelo **PODER CONCEDENTE**, inclusive em caso de revogação do certame.

**12.6.** A documentação fornecida pelo **PODER CONCEDENTE** às **PROPONENTES** não poderá ser reproduzida, divulgada ou utilizada, de forma total ou parcial, para quaisquer outros fins que não os expressos neste **EDITAL**.

### **13. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS**

**13.1.** Visando dar maior eficiência ao certame, as fases da **LICITAÇÃO** serão as seguintes:

**13.1.1.** Credenciamento;

**13.1.2.** Da **PROPOSTA ECONÔMICA**, do **PLANO DE NEGÓCIOS** e dos **DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO**;

**13.1.3.** Prazo para os Recursos Administrativos; e

**13.1.4.** Adjudicação e Homologação da **LICITAÇÃO**.

**13.2.** A **LICITAÇÃO** será realizada em ato público, na data, horário e local indicados no Preâmbulo deste **EDITAL**, quando, após o credenciamento, deverão ser entregues à **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** os Envelopes, lacrados, distintos e identificados em sua capa, da seguinte forma:

**ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA ECONÔMICA E PLANO DE NEGÓCIOS**  
**CONCORRÊNCIA Nº 001/2019 - IAP**  
**CONCESSÃO DE USO - PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA**



(DENOMINAÇÃO SOCIAL DA **PROPONENTE**)

(NOME, TELEFONE E E-MAIL DOS REPRESENTANTES DA  
**PROPONENTE**)

**ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO**

**CONCORRÊNCIA Nº 001/2019 - IAP**

**CONCESSÃO DE USO - PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA**

(DENOMINAÇÃO SOCIAL DA **PROPONENTE**)

(NOME, TELEFONE E E-MAIL DOS REPRESENTANTES DA  
**PROPONENTE**)

**13.3.** Todos os documentos constantes no Envelope nº 02 deverão ser apresentados encadernados, com todas as folhas numeradas sequencialmente, inclusive as folhas de separação, catálogos, desenhos ou similares, se houver, independentemente de ser mais de um caderno, da primeira à última folha, de forma que a numeração da última folha do último caderno reflita a quantidade total de folhas de cada Envelope, não sendo permitidas emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

**13.3.1.** Somente deverá ser numerado e rubricado o anverso de todas as folhas, sem considerar o verso, mesmo que, eventualmente, haja algum texto nele contido.

**13.4.** Cada via conterá uma página com termo de encerramento próprio, que não será numerada.

**13.5.** Todos os documentos constantes nos 02 (dois) Envelopes deverão ser apresentados, também, em meio eletrônico (*Pendrive*), em formato conhecido, sem restrições de acesso ou proteção de conteúdo, com conteúdo idêntico ao apresentado em meio físico.

**13.6.** Todos os documentos deverão ser apresentados em sua forma original ou cópia autenticada.

**13.7.** O(s) Representante(s) Legal(is) deverá(ão) rubricar sobre o lacre de cada um dos Envelopes, inserindo ao lado da rubrica, de próprio punho, a sua data e hora.

**13.8.** Eventuais defeitos formais nos documentos que façam parte da **PROPOSTA ECONÔMICA** e dos **DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO** poderão ser sanados de acordo com os termos deste **EDITAL**, em prazo estabelecido pela **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**.

**13.8.1.** Considera-se falha ou defeito formal aquele **(i)** que não desnature o objeto substancial do documento apresentado; e, **(ii)** que não impeça aferir, com a devida segurança, a informação constante do documento.

**13.9.** Os documentos deverão ser apresentados em linguagem clara, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas e deverão observar as seguintes regras:

**13.9.1.** Todos os documentos deverão ser apresentados em língua portuguesa e toda a documentação será compreendida e interpretada de acordo com o referido idioma;

**13.9.2.** No caso de documentos em língua estrangeira, somente serão considerados se devidamente traduzidos ao português por tradutor público juramentado e com a confirmação de autenticidade emitida pela representação diplomática ou consular do Brasil no país de origem do documento;

**13.9.3.** Quaisquer valores que se apresentem nos documentos solicitados neste **EDITAL**, em especial, aqueles contidos no balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis, deverão ser expressos em Reais (R\$);

**13.9.4.** Na hipótese de divergência entre números e sua expressão por extenso, prevalecerá a forma por extenso;

**13.9.5.** Caso exista divergência entre as informações apresentados em meio físico e eletrônico, prevalecerão as informações prestadas em meio físico; e

**13.9.6.** Em caso de conflito, os termos, disposições e condições deste **EDITAL** prevalecem sobre as disposições dos seus **ANEXOS**.

**13.10.** As certidões previstas neste **EDITAL** valerão pelos prazos que lhe são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

**13.11.** Somente serão admitidos os Envelopes apresentados direta e pessoalmente por Representante(s) da **PROPONENTE**, não sendo admitida a entrega de documentos referentes a esta **LICITAÇÃO** remetida por via postal ou qualquer outro meio não previsto neste **EDITAL**.

**13.12.** As **PROponentes** arcarão com todos os custos relacionados à preparação e à apresentação dos documentos constantes dos Envelopes de **PROPOSTA ECONÔMICA E PLANO DE NEGÓCIOS** e dos **DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO**, não sendo o **PODER CONCEDENTE** responsável, em qualquer hipótese, por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na **LICITAÇÃO** ou seus resultados.

## **Parte V - DO CREDENCIAMENTO**

### **14. DOS REPRESENTANTES DAS PROPONENTES**

**14.1.** Para manifestação nas reuniões públicas, assinaturas em atas e demais documentos, o(s) Representante(s) da **PROponente** deverá(ão) se apresentar para Credenciamento, junto à **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, mediante a apresentação de “Carta de Credenciamento”, conforme modelo constante do **ANEXO 2**, devidamente assinada, acompanhada dos documentos que comprovem os poderes do(s) signatário(s) da “Carta de Credenciamento”.

**14.2.** Cada **PROponente**, inclusive no caso de **CONSÓRCIO**, poderá indicar, no máximo, 02 (dois) **REPRESENTANTES CREDENCIADOS**, que serão os únicos com poderes para receber e dar informações, apresentar questionamentos, manifestar-se nas sessões, receber notificações e intimações, apresentar ou desistir na interposição de recursos, assinar atas e termos.

**14.3.** A comprovação dos poderes de representação se dará:

**14.3.1.** No caso de **empresas brasileiras**, mediante instrumento de procuração que comprove poderes para praticar, em nome da **PROponente**, todos os atos referente a **LICITAÇÃO**, conforme o modelo constante do **ANEXO 3**, com firma reconhecida e acompanhado dos documentos que comprovem os poderes do(s) outorgante(s), de acordo com a última alteração arquivada no registro empresarial ou cartório competente;

**14.3.2.** No caso de **CONSÓRCIO**, o instrumento de procuração mencionado acima deverá ser outorgado por todas as empresas integrantes do **CONSÓRCIO** ou pela empresa líder, desde que comprovada tal condição, e será acompanhado de **(i)** indicação da empresa líder como responsável pelos atos praticados pelo **CONSÓRCIO** perante o **PODER CONCEDENTE**; **(ii)** procurações outorgadas pelos consorciados à empresa líder, também nos moldes do **ANEXO 3**, com firma reconhecida; e, **(iii)** documentos que

comprovem os poderes de todos os outorgantes, conforme últimas alterações arquivadas nos registros empresariais ou cartórios competentes; e

**14.3.3.** No caso de **empresa estrangeira**, mediante instrumento de procuração outorgado a representante legal residente e domiciliado no Brasil, conforme modelo constante do **ANEXO 4**, acompanhado de documentos que comprovem os poderes dos outorgantes, com a(s) assinatura(s) devidamente reconhecida(s) como verdadeira(s) por notário ou outra entidade de acordo com a legislação aplicável aos documentos, que deverá(ão) ser reconhecida(s) pela representação consular brasileira do país de origem, devidamente traduzidos ao português por tradutor público juramentado e registrados em Cartório de Títulos e Documentos, conforme última alteração arquivada no registro empresarial, cartório competente ou exigência equivalente do país de origem.

**14.4.** Os **REPRESENTANTES CREDENCIADOS** deverão assinar e reconhecer firma de todas as declarações e documentos referidos neste **EDITAL**, bem como representar as **PROPONENTES** junto à **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** na entrega de todos os documentos requeridos neste **EDITAL**, especialmente os Envelopes da **PROPOSTA ECONÔMICA E PLANO DE NEGÓCIOS** e dos **DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO**; bem como nos atos da Sessão Pública da **LICITAÇÃO**.

**14.5.** Cada **REPRESENTANTE CREDENCIADO** somente poderá exercer a representação de uma única **PROPONENTE**.

**14.6.** A não apresentação ou incorreção de documento do **REPRESENTANTE CREDENCIADO** não inabilitará ou desclassificará a **PROPONENTE**, mas impedirá o potencial **REPRESENTANTE CREDENCIADO** de se manifestar ou responder pela mesma nas respectivas Sessões, cabendo-lhe tão somente o acompanhamento do desenvolvimento dos procedimentos, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos, conforme dispõe o artigo 4º da Lei Federal nº 8.666/1993.

## **Parte VI - DOS DOCUMENTOS DA LICITAÇÃO**

### **15. DA PROPOSTA ECONÔMICA E DO PLANO DE NEGÓCIOS**

**15.1.** O Envelope 1 relativo à **PROPOSTA ECONÔMICA** e ao **PLANO DE NEGÓCIOS** deverá conter **(i)** a “Carta de Apresentação da **PROPOSTA ECONÔMICA**”, devidamente assinada, conforme modelo constante do **ANEXO 5**; e **(ii)** os documentos indicados neste item **15**.

## Seção I - Da PROPOSTA ECONÔMICA

**15.2.** A **PROPOSTA ECONÔMICA** conterá o valor de **OUTORGA** em percentual (%), a ser pago, mensalmente, ao **PODER CONCEDENTE**, devendo ser apresentado em algarismo por extenso com, no máximo 02 (duas) casas decimais, respeitando o valor percentual mínimo de 9% (nove pontos percentuais) e tomando por base o **VALOR ESTIMADO DO CONTRATO**.

**15.2.1.** Havendo discordância entre os números por extenso e em algarismos prevalecerá o primeiro.

**15.3.** A **PROPOSTA ECONÔMICA** deverá considerar as seguintes premissas:

**15.3.1.** Todos os investimentos e encargos obrigatórios, tributos de qualquer natureza, seguros legal ou contratualmente exigidos, depreciações e amortizações, custos e despesas diretas e indiretas, incluindo as financeiras, incidentes para a exploração da **ÁREA DA CONCESSÃO**, dentre outros, tal como previsto neste **EDITAL** e seus **ANEXOS**;

**15.3.2.** Os riscos a serem assumidos pela **CONCESSIONÁRIA**, descritos neste **EDITAL** e seus **ANEXOS**, assim como na legislação aplicável;

**15.3.3.** As receitas oriundas da exploração da **ÁREA DA CONCESSÃO**;

**15.3.4.** As isenções aplicáveis previstas na legislação vigente;

**14.3.5.** O percentual de **OUTORGA** sobre a **RECEITA OPERACIONAL BRUTA** da **CONCESSIONÁRIA**, a ser pago, mensalmente ao **PODER CONCEDENTE**;

**15.3.6.** O prazo da **CONCESSÃO**, que será de 30 (trinta) anos;

**15.3.7.** Que todos os investimentos previstos sejam integralmente amortizados durante o prazo de vigência do **CONTRATO**.

**15.4.** A **PROPOSTA ECONÔMICA** deverá ser válida por 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua apresentação, sendo que, nesse período, todas as suas condições deverão ser mantidas.

**15.4.1.** A **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, a seu critério, poderá prorrogar o prazo da validade da **PROPOSTA ECONÔMICA** uma única vez, por igual período, mediante solicitação do **PODER CONCEDENTE**.



**15.5.** As **PROPOSTAS ECONÔMICAS** deverão ser incondicionais, irretratáveis e irrevogáveis.

**15.6.** As premissas e projeções financeiras realizadas pela **PROPONENTE** para elaboração de sua **PROPOSTA ECONÔMICA** não a vinculam, nem vinculam o **PODER CONCEDENTE**, que não assume qualquer responsabilidade pela concretização dessas projeções.

**15.7.** Será desclassificada a **PROPOSTA ECONÔMICA** que apresentar valor percentual de **OUTORGA** inferior ao valor indicado no subitem **15.2** acima ou que estiver em desconformidade com os termos deste **EDITAL** e seus **ANEXOS**.

## **Seção II - Do PLANO DE NEGÓCIOS**

**15.8.** Juntamente com a **PROPOSTA ECONÔMICA** deverá ser apresentado, no Envelope nº 01, o **PLANO DE NEGÓCIOS**, contendo, mas não se limitando, às informações descritas nesta Seção II, bem como o especificado no **ANEXO 19 - DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS** e demais disposições deste **EDITAL** e seus **ANEXOS**, devendo demonstrar:

**15.8.1.** A projeção dos valores provenientes do recebimento das receitas, em base anual, durante todo o prazo da **CONCESSÃO DE USO**;

**15.8.2.** As projeções das demais receitas operacionais e não operacionais;

**15.8.3.** Os desembolsos referentes a exploração dos serviços, destacando as parcelas de depreciação/amortização e de tributos incidentes sobre as receitas;

**15.8.4.** Os desembolsos com investimentos/imobilizados necessários à aquisição de equipamentos e sistemas de controle, estabelecidos a preços e quantidades globais fixos, referentes à exploração dos serviços, em conformidade com os critérios e diretrizes indicados na **MINUTA DE CONTRATO** e no **CADERNO DE ENCARGOS**;

**15.8.5.** A composição do capital social da **SPE**, sua distribuição, descrição de recursos próprios a serem aportados pela **PROPONENTE**, além do capital social, indicando a sua modalidade, características, prazos e garantia de sua integralização, dentre outras informações relevantes; e

**15.8.6.** A indicação do(s) financiamento(s) a ser(em) contratado(s) pela **CONCESSIONÁRIA**, apontando as principais características da(s) operação(ões), tais como taxas de juros, moeda, prazos de carência e amortização, vencimentos, comissões e garantias.

**15.9.** Juntamente com o **PLANO DE NEGÓCIOS** deverão ser apresentados os seguintes documentos:

**15.9.1.** Carta de análise do **PLANO DE NEGÓCIOS** elaborada por Instituição Financeira que assessorar a **PROPONENTE** na montagem financeira do empreendimento, declarando que analisou o **PLANO DE NEGÓCIOS** a ela apresentado e atestando a sua exequibilidade e financiabilidade, com o conteúdo mínimo do Modelo nº 1 constante do **ANEXO 19 - DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS**.

**15.9.1.1.** A Instituição Financeira responsável pela análise do **PLANO DE NEGÓCIOS** poderá ser nacional ou estrangeira, desde que autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou órgão estrangeiro análogo e deverá possuir patrimônio líquido de, no mínimo, R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), conforme comprovado por meio da apresentação das últimas demonstrações financeiras disponíveis devidamente publicadas.

**15.9.1.2.** Para efeito de alcance do valor mencionado no subitem acima, será considerado o patrimônio líquido da Instituição Financeira tanto no Brasil quanto no exterior.

**15.9.1.3.** Quando o patrimônio líquido for em moeda estrangeira, ele será convertido em R\$ (reais) pela taxa de câmbio em vigor na data da declaração emitida pela Instituição Financeira.

**15.9.1.4.** A Instituição Financeira não poderá ser **PROPONENTE**, nem poderá ser controladora, controlada, coligada ou entidade sob controle comum da **PROPONENTE** ou de qualquer membro do **CONSÓRCIO**, tampouco poderá se encontrar submetida à liquidação, intervenção ou Regime Especial de Administração Temporária – RAET ou regime equivalente.

**15.9.1.5.** A Instituição Financeira deverá rubricar todas as folhas do **PLANO DE NEGÓCIOS** a ela apresentado, sob pena de desclassificação da **PROPONENTE**.

**15.9.2.** Termo de Confidencialidade celebrado entre a **PROPONENTE** e a Instituição Financeira, com o conteúdo mínimo do Modelo 2 do **ANEXO 19 - DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS**.

**15.10.** A **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** não fará a análise do **PLANO DE NEGÓCIOS** das 03 (três) **PROPOSTAS** titulares das melhores **PROPOSTAS ECONÔMICAS**, se limitando a verificar a apresentação da Carta de análise da



Instituição Financeira e se esta rubricou o **PLANO DE NEGÓCIOS** apresentado, bem como a apresentação do Termo de Confidencialidade, nos termos deste item 15.

**15.11. O PLANO DE NEGÓCIOS da PROPONENTE declarada vencedora da LICITAÇÃO será anexado ao CONTRATO.**

**15.12. Havendo conflito entre os termos e disposições do PLANO DE NEGÓCIOS da PROPONENTE vencedora e o CONTRATO e seus ANEXOS, prevalecerão as regras contidas no CONTRATO.**

## **16. DOS DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO**

**16.1. Os DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO**, inclusos no Envelope nº 02, deverão ser introduzidos por “Carta de Apresentação dos **DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO**”, conforme Modelo constante do **ANEXO 6**.

**16.1.1. Cada empresa integrante do CONSÓRCIO** deverá apresentar os **DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO** nos termos deste item 16.

**16.2. Os DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO** deverão ser apresentados na ordem a seguir indicada:

**16.2.1. Introdução**, contendo as seguintes informações: **(i)** nome empresarial da **PROponente**; **(ii)** endereço completo, inclusive com dados de comunicação à distância (telefone e e-mail); **(iii)** nome do(s) Responsável(is) Legal(is); **(iv)** nome da(s) pessoa(s) física(s) que representa(m) legalmente a **PROponente** neste certame (com dados de identificação – CPF, RG, endereço, e-mail, telefone); **(v)** local, data e assinatura do(s) Representante(s) Legal(is) da **PROponente**; e, **(vi)** comprovação dos poderes do(s) Representante(s) Legal(is) da **PROponente** que assinará todos os documentos e declarações previstas neste **ANEXO**, com firma reconhecida.

**16.2.2. Capítulo I - Habilitação Jurídica;**

**16.2.3. Capítulo II - Regularidade Fiscal e Trabalhista;**

**16.2.4. Capítulo III - Capacitação Técnica;**

**16.2.5. Capítulo IV - Qualificação Econômico-Financeira; e**

**16.2.6. Capítulo V - Declarações.**

## **Seção I - Da Habilitação Jurídica**

**16.3.** As **PROPONENTES** têm a faculdade de promover a respectiva inscrição no Cadastro Unificado de Fornecedores do **ESTADO DO PARANÁ** (CFPR), a qual poderá ser realizada no endereço eletrônico [www.gms.pr.gov.br](http://www.gms.pr.gov.br), nos termos do Decreto nº 9.762, de 17 de dezembro de 2013.

**16.3.1.** Caso a **PROPONENTE** opte por não realizar a inscrição no CFPR, deverá apresentar os documentos elencados a seguir.

### **16.4.** Em se tratando de **Sociedades Empresárias**:

**16.4.1.** Ato constitutivo e Estatuto Social/Contrato Social em vigor, conforme última alteração arquivada no Registro Empresarial ou Cartório competente, acompanhado de prova dos administradores em exercício; e

**16.4.2.** Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão de fiscalização competente, quando a atividade assim o exigir.

### **16.5.** No caso de **Sociedades por Ações**:

**16.5.1.** Ato constitutivo e Estatuto Social/Contrato Social em vigor, conforme última alteração arquivada no Registro Empresarial ou Cartório competente acompanhado de prova de eleição dos seus administradores, devidamente arquivada no Registro Empresarial ou Cartório competente;

**16.5.2.** Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão de fiscalização competente, quando a atividade assim o exigir.

### **16.6.** No caso de **Entidades Privadas de Previdência Complementar**:

**16.6.1.** Comprovante de autorização expressa e específica quanto à constituição e funcionamento da **Entidade de Previdência Complementar**, concedida pelo órgão fiscalizador competente;

**16.6.2.** Declaração de que os planos de benefícios por elas administrados não estão em liquidação ou sob intervenção da Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social.

### **16.7.** No caso de **Fundos de Investimento em Participações - FIP**:

**16.7.1.** Ato constitutivo com última alteração arquivada perante o órgão competente;



**16.7.2.** Prova de contratação de gestor, se houver, bem como de eleição do administrador em exercício;

**16.7.3.** Comprovante de registro do **Fundo de Investimento** (e suas posteriores alterações, se houver);

**16.7.4.** Regulamento do **Fundo de Investimento** (e suas posteriores alterações, se houver);

**16.7.5.** Comprovante de registro do regulamento do **Fundo de Investimento** perante o Registro de Títulos e Documentos competente;

**16.7.6.** Comprovação de que o **Fundo de Investimento** se encontra devidamente autorizado a participar da **LICITAÇÃO** e que o seu administrador pode representá-lo em todos os atos e para todos os efeitos deste certame, assumindo, em nome do **Fundo de Investimento**, todas as obrigações e direitos que decorrem da **LICITAÇÃO**;

**16.7.7.** Comprovante de qualificação do administrador e, se houver, do gestor do **Fundo de Investimento**, perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM; e

**16.7.8.** Certidão negativa de falência da administradora e gestora do **Fundo**, expedida pelo(s) cartório(s) de distribuição de sua(s) sede(s) ou domicílio(s), com data de até 60 (sessenta) dias corridos anteriores à data para apresentação dos **DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO**.

**16.8. No caso de Instituição Financeira:**

**16.8.1.** Comprovação de que está autorizada a funcionar como **Instituição Financeira** pelo Banco Central do Brasil.

**16.9. No caso de Empresas Estrangeiras:**

**16.9.1.** Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira autorizada a funcionar no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente;

**16.9.2.** Declaração expressa de que se submete à legislação brasileira e que renuncia a qualquer reclamação por via diplomática, conforme Modelo constante do **ANEXO 7**.

**16.9.3.** As **PROPONENTES estrangeiras** poderão, para os fins de sua Qualificação, apresentar documentos de suas matrizes ou respectivas filiais



brasileiras que sejam equivalentes aos solicitados para regularidade de pessoas jurídicas brasileiras e que cumpram com os requisitos legais no país de sua constituição.

**16.9.3.1.** A equivalência dos documentos deverá ser atestada por entes públicos do país de origem ou, subsidiariamente, por profissionais inscritos nas associações profissionais advocatícias do país de origem dos documentos e do Brasil.

**16.9.3.2.** As **PROponentes estrangeiras** deverão apresentar declaração certificando a correlação entre os documentos administrativos legais e suas validades, normalmente exigidos em licitações no Brasil e os correspondentes no país de origem, conforme Modelo constante do **ANEXO 8**.

**16.9.3.3.** Os **DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO** equivalentes deverão ser apresentados de forma a possibilitar a análise acerca da sua validade e exigibilidade.

**16.9.4.** Em caso de inexistência de documentos equivalentes nos respectivos países de origem aptos ao atendimento das exigências previstas neste item, ou de documentos para as respectivas filiais brasileiras, as **PROponentes estrangeiras** deverão apresentar:

**16.9.4.1.** Declaração assinalando tal circunstância, conforme Modelo constante do **ANEXO 9**; e

**16.9.4.2.** Documento alternativo que, ainda que não equivalente, explique e atenda, o quanto possível, ao objetivo do documento exigido, nos termos do subitem **16.9.4.1** acima.

**16.9.5.** É prerrogativa da **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** analisar e decidir sobre a validade dos documentos recebidos das **PROponentes estrangeiras**.

**16.9.6.** Os balanços e demonstrativos de resultados apresentados deverão ser aqueles já exigíveis pela legislação e aprovados pela administração. Esses documentos deverão ser apresentados de acordo com os princípios contábeis aceitos no Brasil, a fim de possibilitar a comparação das informações apresentadas por todas as **PROponentes**.

**16.9.7.** Os documentos em língua estrangeira deverão ser apresentados com a(s) assinatura(s) devidamente reconhecida(s) como verdadeira(s) por notário ou outra entidade de acordo com a legislação aplicável aos documentos, que



deverá ser reconhecida pela representação consular brasileira mais próxima, se aplicável, devidamente traduzidos ao português por tradutor público juramentado, sendo que as procurações deverão ser registradas em Cartório de Títulos e Documentos.

**16.10.** No caso de empresas reunidas em **CONSÓRCIO**, compromisso público ou particular de constituição do **CONSÓRCIO**, subscrito pelos consorciados, nos termos do artigo 79, inciso I da Lei nº 15.608/2007 c/c o artigo 33, inciso I da Lei Federal nº 8.666/1993; e do artigo 20, § 1º da Lei Complementar nº 76/1995 c/c o artigo 19, inciso I da Lei Federal nº 8.987/1995; contendo, no mínimo:

**16.10.1.** Denominação, organização e objetivo do **CONSÓRCIO**;

**16.10.2.** Qualificação das empresas consorciadas;

**16.10.3.** Composição do **CONSÓRCIO**, indicando o percentual de participação de cada empresa consorciada e suas atribuições em relação ao objeto desta **LICITAÇÃO**;

**16.10.4.** Indicação da pessoa jurídica líder, responsável pela realização dos atos que sejam de responsabilidade do **CONSÓRCIO** durante a **LICITAÇÃO** até a assinatura do **CONTRATO**;

**16.10.5.** Outorga de poderes das demais consorciadas à empresa líder, expressos, irrevogáveis e irrevogáveis para indicar **REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S)**, concordar com condições, transigir, compromissar-se, assinar quaisquer papéis, documentos e instrumentos de contratação relacionados ao objeto da **LICITAÇÃO**;

**16.10.6.** Declaração expressa de todos os participantes do **CONSÓRCIO** de responsabilidade solidária entre eles, nos termos do artigo 79, inciso V da Lei nº 15.608/2007 c/c o artigo 33, inciso V da Lei Federal nº 8.666/93 e, referente aos atos relacionados a presente **LICITAÇÃO** e às obrigações assumidas na **PROPOSTA**, fazendo constar que referida responsabilidade solidária deverá perdurar até a extinção do **CONTRATO**, inclusive durante a fase de **LICITAÇÃO**; e

**16.10.7.** Compromisso de que o **CONSÓRCIO** não poderá ter a sua composição ou constituição alterada ou, sob qualquer forma, modificada, bem como que a **CONCESSIONÁRIA** não aceitará alterações na titularidade das ações vinculadas ao controle acionário sem a anuência prévia do **PODER CONCEDENTE**, nos termos da **MINUTA DE CONTRATO**.



**16.11.** Além de outros documentos exigidos neste **EDITAL**, a participação da **PROPONENTE** em regime de **CONSÓRCIO** ficará condicionada à apresentação de **TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE**, com fulcro no artigo 20 da Lei Federal nº 8.987/1995, que expresse o compromisso em constituir a **SPE**, caso se sagre vencedora desta **LICITAÇÃO** e seja **ADJUDICATÁRIA** do objeto da **CONCESSÃO DE USO**, contendo, no mínimo:

**16.11.1.** Qualificação das empresas integrantes da **SPE**;

**16.11.2.** Denominação, organização e objetivo da **SPE**;

**16.11.3.** Órgãos da administração da **SPE**; e

**16.11.4.** Composição das respectivas participações das empresas consorciadas no capital social da futura **SPE**, que deverá equivaler à composição do **CONSÓRCIO**, nos termos do disposto no item **11.3** deste **EDITAL**;

**16.11.5.** Declaração expressa de todos os integrantes da **SPE** de aceitação de responsabilidade solidária, nos termos do artigo 20, § 2º da Lei Complementar nº 76/1995 c/c o artigo 19, § 2ª da Lei Federal nº 8.987/1995; do artigo 79, inciso V da Lei nº 15.608/2007 c/c o artigo 33, inciso V da Lei Federal nº 8.666/1993, no tocante ao objeto da **CONCESSÃO DE USO**, cobrindo, integralmente, todas as obrigações assumidas na **LICITAÇÃO**, nos termos deste **EDITAL** e seus **ANEXOS**.

## **Seção II - Da Regularidade Fiscal e Trabalhista**

**16.12.** As **PROPONENTES** têm a faculdade de promover a respectiva inscrição no Cadastro Unificado de Fornecedores do **ESTADO DO PARANÁ** (CFPR), a qual poderá ser realizada no endereço eletrônico [www.gms.pr.gov.br](http://www.gms.pr.gov.br), nos termos do Decreto nº 9.762, de 19 de dezembro de 2013, para fins de Certificado de Regularidade Fiscal, destinado a comprovar a regularidade da situação fiscal e trabalhista, nas seguintes hipóteses:

**16.12.1.** A Fazenda Pública do **ESTADO DO PARANÁ**;

**16.12.2.** As Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa;

**16.12.3.** Seguridade Social (INSS), relativa a Certidão Negativa de Débito/CND;





**16.12.4.** Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), relativa ao Certificado de Regularidade de Situação/CRS;

**16.12.5.** Justiça do Trabalho, relativa a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

**16.13.** Caso a **PROPONENTE** opte por não realizar a inscrição no CFPR, deverá apresentar os seguintes documentos para comprovação da **Regularidade Fiscal e Trabalhista**:

**16.13.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF;

**16.13.2** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou à sede da **PROPONENTE**, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da **LICITAÇÃO**;

**16.13.3.** Prova de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Nacional, por meio da apresentação das seguintes certidões:

**16.13.3.1.** Certidão conjunta emitida pela Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, relativamente aos tributos administrados pela Receita Federal do Brasil - RFB e à dívida ativa da União administrada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN;

**16.13.3.2.** Certidão Negativa de Débito, ou Certidão Positiva com Efeito Negativo referente à Contribuição Previdenciária e às de terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) da sede da **PROPONENTE**;

**16.13.4.** Prova de Regularidade Fiscal perante as Fazendas Estadual e Municipal (esta referente aos tributos mobiliários e imobiliários) do domicílio ou sede da **PROPONENTE**, datada de, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data prevista no Preâmbulo deste **EDITAL** para a Sessão de Abertura da **LICITAÇÃO**;

**16.13.5.** Certidão de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, que esteja dentro do prazo de validade nele atestado;

**16.13.6.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas perante a Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, conforme disposto na Lei Federal nº 8.666/1993 (com a redação dada pela Lei Federal nº

12.440/2011).

**16.13.6.1.** Quanto à Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, poderá a **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, para além da confirmação de sua validade na Internet, emitir nova certidão disponível, prevalecendo, para fins de comprovação de regularidade, o conteúdo daquela mais atualizada.

**16.14.** Todas as **PROPONENTES** deverão apresentar, também, Certidão de inexistência de cadastro junto ao Cadastro Informativo Estadual, nos termos da Lei nº 18.466, de 27 de abril de 2015, regulamentada pelo Decreto nº 1.933, de 20 de julho de 2015.

**16.15.** Os documentos relativos à **Regularidade Fiscal e Trabalhista** poderão ser apresentados por meio de documento original ou emitidos pela Internet, de acordo com a legislação aplicável, desde que haja meios para a conferência de autenticidade por parte da **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**.

**16.16.** Caso a **PROPONENTE** não seja a matriz, deverão ser apresentados os documentos de **Regularidade Fiscal e Trabalhista** da matriz e também da filial responsável.

**16.17.** Serão aceitas, para comprovação dos documentos relativos à **Regularidade Fiscal**, certidões negativas ou certidões positivas com efeito de negativas, em que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

**16.18.** Caso alguma certidão apresentada seja positiva, ou nela não esteja consignada a situação atualizada do(s) débito(s), deverá ser apresentada prova de quitação e/ou certidões que apontem a situação atualizada das ações judiciais e/ou dos procedimentos administrativos arrolados, datada de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data prevista para recebimento dos Envelopes.

**16.19.** Na hipótese de não haver a expedição, na localidade da sede da **PROPONENTE**, de certidões conjuntas ou consolidadas, deverão ser apresentadas certidões segregadas, na forma da legislação aplicável, que comprovem a inexistência de débitos tributários, bem como a inexistência de inscrição de obrigações na dívida ativa da autoridade tributária local.

**16.20.** Não serão aceitos comprovantes de solicitação de certidões.

### **Seção III - Da Capacitação Técnica**

**16.21.** As **PROPONENTES** individuais e, no caso de **CONSÓRCIO**, no mínimo 01 (uma) das consorciadas deverão comprovar capacitação técnica com apresentação



de atestado(s) de experiência emitidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da **PROPONENTE**, que comprovem a operação ou exploração comercial de empreendimento de uso público ou privado destinado ao turismo, comércio ou lazer, que tenham recebido, no mínimo, **13.018** pessoas ao ano, que corresponde a 20% (vinte por cento) da visitação do **PEVV** em 2018, relacionados a cada um dos itens abaixo:

**16.21.1.** Operação na prestação de serviços de bilhetagem;

**16.21.2.** Operação na prestação de serviços em equipamentos e atrativos turísticos, de acordo com as atividades definidas no artigo 21 da Lei Federal nº 11.771, de 17 de setembro de 2018, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo.

**16.22.** O(s) atestado(s) deverá(ão) referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

**16.23.** Não serão aceitos atestados de capacitação técnica emitidos pelo próprio interessado ou por terceiros coligados, em **CONSÓRCIO** ou que possam, direta ou indiretamente, ser beneficiados com o resultado da **LICITAÇÃO**.

**16.24.** Toda(s) as certidão(s) e/ou atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:

**16.24.1.** Nome do contratado e do contratante;

**16.24.2.** Número do contrato;

**16.24.3.** Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza da obra);

**16.24.4.** Serviços executados;

**16.24.5.** Datas de início e de término da realização das atividades e serviços;

**16.24.6.** Local da realização das atividades e serviços; e

**16.24.7.** Local e data da expedição do documento.

**16.25.** Não será aceito o somatório de atestados para a aferição do quantitativo a que se refere o subitem **16.21**, tendo em vista a necessidade de comprovação, pelas **PROPONENTES**, da capacidade de atendimento da demanda de visitação no **PEVV**.

**16.26.** Quando o atestado tiver sido emitido em nome do **CONSÓRCIO**, deverá constar as datas de início e término da participação da empresa a qual estava(m) vinculado(s) o(s) Profissional(is) Qualificado(s) no **CONSÓRCIO**, bem como a descrição das atividades exercidas pela empresa integrante do **CONSÓRCIO**.

**16.26.1.** No caso de **CONSÓRCIO**, admitir-se-á, para efeito de capacitação técnica, o somatório dos atestados de um ou mais integrantes do **CONSÓRCIO**.

**16.27.** Somente serão aceitos atestados em que a **PROPONENTE** individual ou o membro do **CONSÓRCIO** figure em uma das seguintes formas de participação no empreendimento atestado:

**16.27.1.** Como responsável direto pela execução do empreendimento, seja na condição de investidor individual, seja na condição de consorciado, hipótese na qual será considerado, para fim de verificação, somente o percentual de participação do responsável pelo investimento;

**16.27.2.** Como investidor individual no empreendimento, comprovada sua participação no bloco de controle da sociedade responsável pelo investimento;

**16.27.3.** Em nome de empresa **CONTROLADA**, **CONTROLADORA** e/ou empresas sob controle comum, direta ou indiretamente, nos termos definidos na Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e de empresa matriz estrangeira de filial brasileira, desde que a situação (de sociedade controlada, controladora, e/ou empresas sob controle comum, direta ou indiretamente, e de empresa matriz estrangeira de filial brasileira) seja devidamente comprovada e demonstrada de forma detalhada pela **PROPONENTE**.

**16.28.** A **PROPONENTE** deverá apresentar de forma clara e inequívoca os dados relevantes dos atestados apresentados, podendo, ainda, para eventual complementação das informações exigidas neste **EDITAL**, anexar outros documentos comprobatórios pertinentes.

**16.29.** A **PROPONENTE** disponibilizará as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados.

**16.29.1.** A **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** poderá solicitar, dentre outros documentos, cópia do contrato, notas fiscais, notas de empenho para dirimir possíveis dúvidas quanto ao(s) atestado(s) apresentado(s).

#### **Seção IV - Da Qualificação Econômico-Financeira**

**16.30.** Para qualquer tipo de sociedade empresária, certidão negativa de pedido de

falência, recuperação judicial ou extrajudicial, insolvência ou intervenção expedida pelo distribuidor judicial (varas cíveis) da comarca do Município onde a empresa for sediada, com data de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à Sessão Pública da **LICITAÇÃO** prevista no Preâmbulo deste **EDITAL**, observado o disposto no subitem 11.7.8.1 deste **EDITAL**.

**16.31.** Para sociedade simples, certidão expedida pelo distribuidor judicial das varas Cíveis em geral (Execução Patrimonial) da Comarca onde a empresa está sediada, datada de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores a Sessão Pública da **LICITAÇÃO** prevista no Preâmbulo deste **EDITAL**.

**16.32.** Balanço Patrimonial e respectivo demonstrativo de resultados do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente aprovados pela Assembleia Geral ou sócios, conforme o caso, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da **PROPOSTA**.

**16.32.1.** Entende-se por “apresentados na forma da lei” o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis, conforme a seguir:

**16.32.1.1.** Sociedades regidas pela Lei Federal nº 6.404/1976 (**Sociedades Anônimas**): (i) publicados em Diário Oficial; (ii) publicados em jornal de grande circulação; ou, (iii) por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da **PROPONENTE**; e

**16.32.1.2. Sociedades Limitadas:** (i) por fotocópia autenticada do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da **PROPONENTE** ou em outro órgão equivalente; (ii) por fotocópia autenticada do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da **PROPONENTE** e datados e assinados pelo(s) Responsável(is) da empresa, e por profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC; ou, (iii) por documento emitido via internet do Balanço e das Demonstrações Contábeis, desde que assinados digitalmente, utilizando-se de certificado de segurança mínimo tipo A3, emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, a fim de garantir a autoria, a autenticidade, a integridade e a validade jurídica do documento digital, no caso da sociedade limitada ser tributada pelo lucro real, conforme legislação vigente.



**16.33.** A comprovação da boa situação financeira da empresa se dará mediante obtenção de Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

**16.33.1.** Todas as **PROPONENTES**, com exceção dos Fundos de Investimento e das Entidades de Previdência Complementar, deverão apresentar comprovação de **Índice de Liquidez Geral (ILG)** igual ou superior a 1,0 (um inteiro), apurados com os valores constantes do balanço, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

**16.33.2.** Para os Fundos de Investimento e Entidades de Previdência Complementar, comprovação de **Índice de Liquidez dos Fundos (ILF)** igual ou superior a 1,0 (um inteiro), apurado a partir das demonstrações financeiras do último exercício, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ILF} = \frac{\text{Investimentos Líquidos}}{\text{Reserva Matemática}}$$

**16.33.3.** Todas as **PROPONENTES**, com exceção dos Fundos de Investimento e das Entidades de Previdência Complementar, deverão apresentar comprovação de **Índice de Liquidez Corrente (ILC)** igual ou superior a 1,0 (um inteiro), apurados com os valores constantes do balanço, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**16.33.4.** A comprovação de **Solvência Geral (SG)** igual ou superior a 1,0 se dará mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

**16.33.5.** As **PROPONENTES** deverão apresentar os Índices já calculados, com assinatura do contador e do Representante legal da empresa, que serão analisados com base no Balanço apresentado.

**16.33.6.** No cálculo dos Índices exigidos utilizar-se-ão os resultados expressos no balanço (demonstrações contábeis) do último exercício social.

**16.34.** As **PROPONENTES**, cadastradas ou não no Cadastro Unificado de Fornecedores do DEAM/SEAP, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1,0 (um) em qualquer dos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar Capital Social ou Patrimônio Líquido Mínimo de 10% (dez por cento) do **VALOR ESTIMADO DO CONTRATO**.

**16.35.** Declaração de Capacidade Financeira, conforme modelo constante do **ANEXO 10**, declarando que dispõe ou tem capacidade de obter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de aporte de recursos próprios e/ou obtenção de recursos de terceiros necessários à consecução do objeto da **CONCESSÃO DE USO**.

**16.35.1.** No caso de **CONSÓRCIO**, a Declaração de Capacidade Financeira deverá ser apresentada por cada integrante, demonstrando os valores proporcionais ao percentual de cada consorciada.

### **Seção V - Das Declarações**

**16.36.** Declaração de pleno conhecimento dos termos deste **EDITAL** e seus **ANEXOS**, conforme Modelo constante do **ANEXO 11**;

**16.37.** Declaração de ausência de impedimento de participação na **LICITAÇÃO**, para fins de comprovação de atendimento dos requisitos constantes no subitem **11.7** deste **EDITAL**, conforme Modelo constante do **ANEXO 12**;

**16.38.** Declaração de estar ciente das condições do **PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA**, nos termos do Modelo constante do **ANEXO 13**;

**16.39.** Declaração de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, em observância às vedações estabelecidas no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, quais sejam: **(i)** proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos; e, **(ii)** de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (catorze) anos, conforme Modelo constante do **ANEXO 14**;

**16.40.** Declaração de inexistência de processo falimentar, recuperação judicial ou extrajudicial; liquidação judicial ou extrajudicial; insolvência; administração especial temporária ou sob intervenção do órgão fiscalizador competente, conforme Modelo constante do **ANEXO 15**;

**16.41.** Declaração de que a **PROPONENTE** conhece o conjunto de normas brasileiras que vedam e punem condutas de corrupção ativa e passiva e compromisso de implantação de **PROGRAMA DE INTEGRIDADE**, caso se logre vencedora do certame, conforme modelo constante do **ANEXO 16**;

**16.42.** Declaração de atendimento do disposto no artigo 10 da Lei Federal nº 9.605/1998, conforme Modelo constante do **ANEXO 17**;

**16.43.** Declaração de Sustentabilidade Ambiental, conforme Modelo constante do **ANEXO 18**.

**16.44.** Em caso de **CONSÓRCIO**, cada empresa consorciada deverá apresentar as Declarações de que tratam este Capítulo V.

**16.45.** Todas as Declarações deverão ser apresentadas juntamente com os documentos que comprovem os poderes dos signatários.

## **PARTE VII - DAS ETAPAS DA LICITAÇÃO**

### **17. DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**17.1.** A **LICITAÇÃO** será processada e julgada por uma **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, cabendo-lhe conduzir os trabalhos necessários à realização do certame.

**17.2.** Além das prerrogativas que decorrem implicitamente da sua função legal, a **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** poderá:

**17.2.1.** Solicitar, às **PROPONENTES**, a qualquer momento, esclarecimentos sobre os documentos por elas apresentados;

**17.2.2.** Adotar critérios de saneamento de falhas de caráter formal e complementação de insuficiências no curso da **LICITAÇÃO**, vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originariamente nos Envelopes apresentados pelas **PROPONENTES**;

**17.2.3.** Promover diligências e solicitar informações complementares, confirmar a autenticidade das informações contidas nos documentos;

**17.2.4.** Prorrogar os prazos de que trata este **EDITAL**, em caso de interesse público, caso fortuito ou força maior, sem que caiba às **PROPONENTES** direito à indenização ou reembolso de custos e despesas a qualquer título, mediante prévia aprovação do **PODER CONCEDENTE**; e



**17.2.5.** Na hipótese de alteração que afete de forma inequívoca a elaboração da **PROPOSTA ECONÔMICA**, modificar a data prevista para a Sessão de Abertura da **LICITAÇÃO**, prorrogando-se ou reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.

**17.3.** A recusa em fornecer esclarecimentos e documentos e/ou cumprir as exigências solicitadas pela **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, nos prazos por ela determinados e de acordo com os termos deste **EDITAL**, poderá ensejar a desclassificação/inabilitação da **PROPONENTE**, mediante decisão fundamentada da referida **COMISSÃO**, respeitada a ampla defesa e o contraditório.

## **18. DA ABERTURA DOS ENVELOPES**

**18.1.** Na data, local e horário indicados no Preâmbulo deste **EDITAL** para a Sessão de Abertura da **LICITAÇÃO**, em ato público, o Presidente da **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** convocará o(s) Representante(s) das **PROPOSTANTES** para realizar o Credenciamento a que se refere o item **14** deste **EDITAL**.

**18.2.** A **LICITAÇÃO** será conduzida por 02 (duas) fases distintas e sucessivas, sendo a primeira destinada à análise e julgamento da **PROPOSTA ECONÔMICA E PLANO DE NEGÓCIOS**, com a abertura do Envelope nº 01; e, a segunda, para análise e julgamento dos **DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO**, com a abertura do Envelope nº 02 das **PROPOSTANTES** titulares das 03 (três) melhores **PROPOSTAS ECONÔMICAS** e que tiveram os seus **PLANOS DE NEGÓCIOS** considerados compatíveis de acordo com o disposto no subitem **15.10** deste **EDITAL**.

**18.3.** Todos os Envelopes, quando abertos, terão seus documentos rubricados pelos membros da **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** e pelo(s) **REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S)** das **PROPOSTANTES** presente(s) à respectiva Sessão, que assim o desejarem.

**18.4.** O ato de abertura dos Envelopes poderá ser assistido por qualquer pessoa, mas só poderá(ão) se manifestar oralmente ou por escrito o(s) **REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S)**, conforme disposto no item **14** deste **EDITAL**, sendo vedada a interferência de assistentes ou de quaisquer outras pessoas.

**18.5.** Será facultado, às **PROPOSTANTES**, o exame da documentação apresentada pelas demais **PROPOSTANTES**, após a abertura dos respectivos Envelopes, mediante solicitação formal à **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** e agendamento com os membros da referida **COMISSÃO**.



**18.6.** Ao final de cada Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, assinada pelos Membros da **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** e pelos **REPRESENTANTES CREDENCIADOS** presentes.

**18.7.** O desrespeito às normas deste **EDITAL** e a retirada da **PROPOSTA** sem guarida legal, implicará em aplicação de sanção à **PROPONENTE**, nos termos do artigo 150 e seguintes da Lei nº 15.608/2007.

**18.8.** Ato contínuo ao Credenciamento, a **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** procederá a abertura dos Envelopes de nº 01, franqueando acesso aos **REPRESENTANTES CREDENCIADOS** presentes.

### **Seção I - Do julgamento das PROPOSTAS ECONÔMICAS**

**18.9.** O julgamento das **PROPOSTAS ECONÔMICAS** será realizado pelo **MAIOR PERCENTUAL** sobre o valor da **RECEITA OPERACIONAL BRUTA**, tomando-se por base o **VALOR ESTIMADO DO CONTRATO**, respeitado o percentual mínimo de 9% (nove pontos percentuais), sob pena de desclassificação.

**18.10.** Abertas as **PROPOSTAS ECONÔMICAS**, a classificação ocorrerá em ordem crescente de valor, sendo, portanto, a primeira colocada a **PROPOSTA** com **MAIOR PERCENTUAL** sobre o valor da **RECEITA OPERACIONAL BRUTA** da **CONCESSIONÁRIA**.

**18.10.1.** Em caso de empate entre **PROPOSTAS ECONÔMICAS** de **PROPONENTES** brasileiras e estrangeiras, terão preferência as primeiras; e

**18.10.2.** No caso de as **PROPONENTES** brasileiras realizarem **PROPOSTAS ECONÔMICAS** de igual valor que venham a ser classificadas em primeiro lugar, a classificação será feita por sorteio, sendo a primeira **PROPONENTE** sorteada a melhor classificada.

**18.11.** O julgamento das **PROPOSTAS ECONÔMICAS** poderá ocorrer na mesma Sessão Pública que se dará a abertura dos Envelopes ou, se necessário, em função da complexidade dos documentos ou de seu grande número, em Sessão reservada, na qual apenas participará a **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** e, quando for o caso, seus assessores.

**18.12.** Será desclassificada a **PROPOSTA ECONÔMICA** da **PROPONENTE**:

**18.12.1.** Que apresentar valor percentual de **OUTORGA** inferior ao valor estabelecido no subitem **18.9** acima;

**18.12.2.** Que estiver em desacordo com os termos deste **EDITAL** e de seus

**ANEXOS;**

**18.12.3.** Cujos documentos não estiverem assinados por pessoa habilitada.

**18.13.** A **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, após a análise das **PROPOSTAS ECONÔMICAS** das **PROPONENTES**, elaborará Relatório de Julgamento com as notas finais de classificação das **PROPONENTES**.

**18.14.** Serão desclassificadas as **PROPONENTES** que não apresentarem no Envelope nº 01 a Carta de análise e o **PLANO DE NEGÓCIOS** rubricado pela Instituição Financeira e o Termo de Confidencialidade, nos termos do item **15** deste **EDITAL**.

**Seção II - Do julgamento dos DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO**

**18.15.** Ato contínuo ou consoante publicação no **D.I.O.E.**, no local, data e hora fixados pela **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, em ato público, com a presença de, no mínimo, 03 (três) de seus membros e dos **REPRESENTANTES CREDENCIADOS** das **PROPONENTES** que desejarem comparecer, proceder-se-á a abertura do Envelope nº 2 - **DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO** das **PROPONENTES** titulares das 03 (três) melhores **PROPOSTAS ECONÔMICAS** e que tiveram o **PLANOS DE NEGÓCIOS** considerado aceito, nos termos do subitem **18.14** acima.

**18.16.** Os membros da **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** e os **REPRESENTANTES CREDENCIADOS** presentes, que assim o desejarem, rubricarem os documentos contidos nos Envelope 2, o Presidente da **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** declarará encerrada a Sessão, para oportuna análise da documentação da **PROPONENTE** melhor classificada e averiguação do atendimento de todas as exigências deste **EDITAL**.

**18.17.** A **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** deverá consultar os seguintes cadastros em nome da **PROPONENTE** individual ou de todas as empresas reunidas em **CONSÓRCIO** e, também, de seus sócios majoritários, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992:

**18.17.1.** Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

**18.17.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;

**18.17.3.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;

**18.17.4.** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

**18.18.** Constatada a existência de sanção, a **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** deverá declarar inabilitada a **PROPONENTE** titular da melhor **PROPOSTA ECONÔMICA**.

**18.19.** As **PROPONENTES** serão desqualificadas se constatadas as seguintes situações:

**18.19.1.** Não apresentação dos documentos exigidos para o Envelope nº 02, na forma e condições estabelecidas neste **EDITAL** e seus **ANEXOS**; e/ou

**18.19.2.** Os documentos não estiverem assinados por pessoa habilitada.

**18.20.** A **PROPONENTE** detentora da melhor **PROPOSTA ECONÔMICA** e titular do **PLANO DE NEGÓCIOS** aceito, conforme o disposto no subitem **18.14** acima, que tiver os **DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO** aprovados, nos termos deste **EDITAL** e seus **ANEXOS**, será declarada vencedora do certame.

**18.20.1.** A decisão que declarar a vencedora do certame deverá trazer suficiente motivação, inclusive em relação à eventual classificação/desclassificação das **PROPOSTAS ECONÔMICAS**, do **PLANO DE NEGÓCIOS** e dos **DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO**.

**18.21.** Será inabilitada do certame a **PROPONENTE** que apresentar os **DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO** em desconformidade com o exigido neste **EDITAL** e seus **ANEXOS**.

## **19. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**19.1.** Os recursos serão dirigidos ao Presidente da **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** por escrito e entregues, exclusivamente, no Protocolo do **IAP**, no endereço constante neste **EDITAL**.

**19.1.1.** As **PROPONENTES** poderão desistir de recorrer, antes do decurso de prazo, por meio de comunicação expressa à **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** ou mero registro nas atas de reunião da **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**.

**19.2.** Caberão recursos, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, em face dos seguintes atos praticados pela **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, nos termos do artigo 94 da Lei nº 15.608/2007 c/c o artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993:

**19.2.1.** Ato de classificação ou desclassificação das **PROPOSTAS ECONÔMICAS** e aferição das notas finais das **PROPONENTES**; e

**19.2.2.** Ato de análise dos **DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO** das **PROPONENTES** titulares das 03 (três) melhores **PROPOSTAS ECONÔMICAS**;

**19.2.3.** Anulação ou revogação da **LICITAÇÃO**;

**26.1.4.** Aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou multa à **PROPONENTE**.

**19.3.** Os recursos referentes às fases de julgamento das **PROPOSTAS ECONÔMICAS** e dos **DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO** terão efeitos suspensivos, podendo a autoridade competente, motivadamente e, atendendo às razões de interesse público, atribuir eficácia suspensiva aos demais.

**19.4.** Relativamente às impugnações, aos recursos e à contagem de prazos, observar-se-á, como referência, o disposto nos artigos 94 e 96 da Lei nº 15.608/2007.

**19.5.** As impugnações e os recursos deverão ser encaminhados, por meio de protocolo, à **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**.

**19.6.** O recurso interposto será comunicado às demais **PROPONENTES**, que poderão apresentar suas contrarrazões no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

**19.7.** Os recursos somente serão admitidos quando subscritos por Representante(s) Legal(is), **REPRESENTANTES CREDENCIADOS**, procurador com poderes específicos ou qualquer pessoa substabelecida em tais poderes específicos, desde que instruídos com demonstração dos poderes.

**19.8.** Não serão conhecidos os recursos cuja petição tenha sido apresentada fora do prazo e/ou subscrita por procurador não habilitado legalmente no processo para responder pela **PROPONENTE**.

**19.9.** Não serão aceitos recursos enviados por meio eletrônico (e-mail).

**19.10.** Os recursos deverão ser identificados como segue:

<b>RECURSO ADMINISTRATIVO</b>
-------------------------------



**CONCORRÊNCIA Nº 001/2019 - IAP**

**CONCESSÃO DE USO do PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA - PEVV**

A/C da Presidência da **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**19.11.** A **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, caso não reconsidere sua decisão após a interposição de eventual recurso, deverá encaminhá-lo à autoridade superior, acompanhado das informações necessárias à decisão.

**19.12.** Concluído o julgamento dos eventuais recursos, o resultado será divulgado nos endereços eletrônicos [www.gms.pr.gov.br](http://www.gms.pr.gov.br), [www.iap.pr.gov.br](http://www.iap.pr.gov.br) e [www.meioambiente.pr.gov.br](http://www.meioambiente.pr.gov.br), bem como publicado no **D.I.O.E.**

## **20. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

**20.1.** Transcorrido o prazo recursal da fase de habilitação sem interposição de recurso ou após o julgamento de todos os recursos interpostos ou, ainda, existindo a desistência expressa de todos os **PROPOSTANTES** quanto ao direito de recorrer e/ou decididos os recursos eventualmente interpostos, a **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** proclamará o resultado final do certame, submetendo-o, por meio de ata circunstanciada, à autoridade competente para adjudicação e homologação do objeto à **PROPOSTANTE** vencedora.

**20.2.** Será considerada vencedora da **LICITAÇÃO** a **PROPOSTANTE** detentora da melhor **PROPOSTA ECONÔMICA**, que tiver os **DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO** aprovados, nos termos deste **EDITAL** e seus **ANEXOS**.

**20.3.** O ato de Adjudicação e Homologação será publicado no **D.I.O.E.** e no sítio eletrônico [www.gms.pr.gov.br](http://www.gms.pr.gov.br), [www.iap.pr.gov.br](http://www.iap.pr.gov.br) e [www.meioambiente.pr.gov.br](http://www.meioambiente.pr.gov.br).

**20.4.** Decorrido o prazo recursal e havendo desqualificação da **PROPOSTANTE** titular da melhor **PROPOSTA ECONÔMICA**, a **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, poderá convocar a titular da segunda melhor **PROPOSTA ECONÔMICA** e, assim, sucessivamente até que uma **PROPOSTANTE** classificada atenda às condições fixadas neste **EDITAL**.

**20.5.** As demais **PROPOSTANTES** terão seus Envelopes contendo os **DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO** devolvidos ainda lacrados.



## **PARTE VIII - DAS CONDIÇÕES PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

### **21. DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO**

**21.1. O PODER CONCEDENTE** convocará a **ADJUDICATÁRIA** para assinar o **CONTRATO**, a qual terá o prazo de até 90 (noventa) dias a contar do recebimento da notificação, prorrogáveis por igual período, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das penalidades previstas na legislação, mas em qualquer hipótese, até 05 (cinco) dias úteis antes da data prevista para a assinatura do **CONTRATO**, para apresentar:

**21.1.1.** Comprovante de **GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**, correspondente a 5% (cinco por cento) do **VALOR ESTIMADO DO CONTRATO**, conforme previsto na **MINUTA DE CONTRATO**;

**21.1.2.** Prova de constituição da **SPE**, na forma de sociedade por ações, em conformidade com a legislação, com a correspondente certidão do registro empresarial competente, bem como o respectivo comprovante de inscrição perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ/MF, cujo objeto social deve restringir-se ao objeto da **CONCESSÃO DE USO**, bem como a realização de atividades correlatas e a exploração de fontes de **RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS**;

**21.1.3.** Comprovação de Inscrição no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná - CFPR, disponibilizado no sítio eletrônico [www.gms.pr.gov.br](http://www.gms.pr.gov.br), conforme determina o artigo 1º, § 4º do Decreto nº 9.762/2013, alterado pelo Decreto nº 1352/2015;

**21.1.3.1.** A não regularização em até 05 (cinco) dias úteis acarretará a desclassificação da **ADJUDICATÁRIA**.

**21.1.4.** Comprovação da manutenção das exigências de Qualificação.

**21.2.** A recusa da **ADJUDICATÁRIA** regularmente convocada a assinar o **CONTRATO** no prazo previsto no subitem **21.1** acima, sem o cumprimento das exigências previstas e sem justificativa aceita pelo **PODER CONCEDENTE**, ocasionará:

**21.2.1.** A aplicação de multa correspondente a 5% (cinco por cento) do **VALOR ESTIMADO DO CONTRATO**;



**21.2.2.** No caso de a **ADJUDICATÁRIA PROPONENTE** individual ou, no caso de **CONSÓRCIO**, de todas as consorciadas, a suspensão temporária de participação em licitação e o impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, na forma da lei; e

**21.2.3.** A convocação, a critério do **PODER CONCEDENTE**, das **PROPONENTES** remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nos prazos e nas condições ofertadas pela **ADJUDICATÁRIA** ou a revogação da **LICITAÇÃO**.

## **PARTE IX - DAS PENALIDADES**

### **22. DAS PENALIDADES NO DECORRER DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**

**22.1.** Comete infração administrativa a **PROPONENTE** que:

**22.1.1.** Se recusar, injustificadamente, a assinar o **CONTRATO** quando convocada;

**22.1.2.** Apresentar documentação falsa;

**22.1.3.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

**22.1.4.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;

**22.1.5.** Não mantiver a **PROPOSTA**;

**22.1.6.** Cometer fraude fiscal;

**22.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo;

**22.1.7.1.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação ou o conluio entre as **PROPONENTES**, em qualquer momento da **LICITAÇÃO**.

**22.2.** A **PROPONENTE** que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**22.2.1.** Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o **VALOR ESTIMADO DO CONTRATO**;

**22.2.2.** Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública Estadual pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

**22.2.3.** A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

**22.3.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa a **PROPONENTE/ADJUDICATÁRIA**, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 15.608/2007 c/c a Lei Federal nº 8.666/1993.

**22.4.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**22.5.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Informativo Estadual - CADIN.

## **PARTE X - DO FORO**

### **23. DO FORO**

**23.1.** Fica, desde já, eleito o Foro da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, **ESTADO DO PARANÁ**, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente **EDITAL**.

## **PARTE XI - DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**24.1.** O **PODER CONCEDENTE** poderá, a qualquer tempo, adiar as etapas da **LICITAÇÃO**, nos termos da legislação aplicável, sem que caiba às **PROPONENTES** direito a indenização ou reembolso de custos e despesas a qualquer título.

**24.2.** Na hipótese de o **PODER CONCEDENTE** vir a tomar conhecimento, após a fase de Qualificação, de que quaisquer dos **DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO** apresentados por uma **PROPONENTE** eram falsos ou inválidos, à época da apresentação dos Envelopes, poderá desclassificá-la, sem que a esta caiba direito a indenização ou reembolso de despesas a qualquer título, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

**24.3.** A **PROPONENTE** obriga-se a comunicar, ao **PODER CONCEDENTE**, a qualquer tempo, qualquer fato ou circunstância superveniente que seja impeditivo das condições de Qualificação, imediatamente após sua ocorrência.

**24.4.** A **CONCESSIONÁRIA** estará sempre vinculada ao disposto no **CONTRATO**, neste **EDITAL**, na documentação por ela apresentada e aos respectivos documentos contratuais, bem como à legislação e regulamentação brasileiras, em tudo relacionado à **CONCESSÃO DE USO**.

**24.5.** A **LICITAÇÃO** somente poderá ser revogada pelo **PODER CONCEDENTE** por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal revogação.

**24.6.** O **PODER CONCEDENTE**, de ofício ou por provocação de terceiros, deverá anular a **LICITAÇÃO**, se verificada qualquer ilegalidade que não possa ser sanada.

**24.7.** A nulidade da **LICITAÇÃO** implicará a nulidade do **CONTRATO**, não gerando obrigação de indenizar por parte do **PODER CONCEDENTE**, salvo na situação prevista no artigo 101 da Lei nº 15.608/2007 c/c o artigo 59, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/1993.

**24.8.** Os itens omissos neste **EDITAL** serão resolvidos pela **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**.

**ESTADO DO PARANÁ**, 04 de setembro de 2019.

Vanderlei Pereira Peres  
Presidente da **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

## **PARTE XII - ANEXOS**

**ANEXO 1 - MODELO DE SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS**  
(Subitem 8.2.2 do EDITAL)

À **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**,

Ref.: **EDITAL** de **CONCORRÊNCIA Nº 001/2019 - IAP**

Prezados Senhores,

[**PROPONENTE** ou Interessado] apresenta a seguinte solicitação de esclarecimentos relativa ao **EDITAL**:

Número da questão formulada	Item do EDITAL	Esclarecimento solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento
1	Inserir item do <b>EDITAL</b> ao qual se refere o esclarecimento solicitado	Escrever de forma clara o pedido de esclarecimento desejado em forma de pergunta	Deixar em branco
2	Inserir item do <b>EDITAL</b> ao qual se refere o esclarecimento solicitado	Escrever de forma clara o pedido de esclarecimento desejado em forma de pergunta	Deixar em branco

[Local], [●] de [●] de 2019.

---

[**PROPONENTE** ou Interessado]  
[Assinatura]

Responsável para Contato: [●]  
Telefone: [●]  
Endereço Eletrônico: [●]

**ANEXO 2 - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO**  
(Subitem 14.1 do EDITAL)

**À COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Ref.: **EDITAL** de **CONCORRÊNCIA Nº 001/2019 - IAP**

Prezados Senhores,

A **[PROPONENTE]**, [Qualificação da **PROPONENTE**], por meio de seu(s) Representante(s) Legal(is), em cumprimento ao item **14** do **EDITAL**, requer seu Credenciamento para participar das Sessões Públicas relativas à **LICITAÇÃO**, desde já indicando como Representante(s) Legal(is): [Nome e qualificação do(s) Representante(s) Legal(is) da **PROPONENTE**] para representá-la junto ao **PODER CONCEDENTE** na **CONCORRÊNCIA Nº 001/2019 - IAP**, visando à celebração do **CONTRATO** de **CONCESSÃO DE USO** do **PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA**, podendo, para tanto, assinar, apresentar e retirar **PROPOSTA**, receber e dar informações, apresentar questionamentos, satisfazer exigências, ajustar condições, impugnar documentos, interpor recursos, transigir, desistir, receber notificações e intimações, concordar e discordar de atos e decisões da **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**; enfim, praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao cumprimento da presente, a que tudo dará por bom, firme e valioso.

Esta procuração tem prazo de validade mínimo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da Sessão de Abertura da **LICITAÇÃO**, devendo ser prorrogada por igual prazo, com 30 (trinta) dias de antecedência da data de expiração.

[Local], [●] de [●] de 2019.

---

**[PROPONENTE]**  
[Assinatura do(s) Representante(s) Legal(is)]



**ANEXO 3 - MODELO DE PROCURAÇÃO**  
(Subitens 14.3.1 e 14.3.2 do EDITAL - Conteúdo mínimo)

Pelo presente instrumento de mandato, **[PROPONENTE]**, [Qualificação da **PROPONENTE**], doravante denominada "**Outorgante**", nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os Srs. [●], [Qualificação], para, em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação, praticar os seguintes atos na República Federativa do Brasil, em Juízo e fora dele:

(a) Representar a **Outorgante** perante quaisquer entidades, órgãos ou departamentos governamentais, sociedades abertas ou fechadas e quaisquer agências governamentais, incluindo o **INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ - IAP**, para estabelecer e manter entendimentos com referidas entidades públicas, agências, órgãos ou departamentos, para receber citação e notificação de qualquer natureza, para requerer e/ou promover consultas, para requerer certificados e outros documentos e para praticar os atos necessários durante a realização da **LICITAÇÃO**, nos termos descritos no **EDITAL de CONCORRÊNCIA Nº 001/2019 - IAP**, inclusive para interpor recursos e renunciar ao direito de interpor recursos;

(b) Assumir compromissos e/ou obrigações em nome da **Outorgante** e de qualquer forma contratar, fazer acordos, dar e receber quitação em nome da **Outorgante**;

(c) Representar a **Outorgante** na defesa de seus interesses em Juízo, em qualquer instância e perante qualquer Juízo ou Tribunal, inclusive mediante a contratação de advogados, com poderes especiais para confessar, transigir, desistir, dar e receber quitação; e

(d) A seu critério, substabelecer, no todo ou em parte, com reserva de poderes, qualquer dos poderes aqui conferidos, nas condições que julgar ou que julgarem apropriadas.

Esta procuração tem prazo de validade mínima de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data para recebimento dos Envelopes, devendo ser prorrogada, por igual prazo, com 30 (trinta) dias de antecedência da data de expiração.

[Local], [●] de [●] de 2019.

---

**[PROPONENTE]**  
[Assinatura do(s) Representante(s) Legal(is)]

#### **ANEXO 4 - MODELO DE PROCURAÇÃO (PROPONENTE ESTRANGEIRA)**

(Subitem 14.3.3 do EDITAL - Conteúdo mínimo)

Pelo presente instrumento de mandato, **[PROPONENTE]**, [Qualificação da **PROPONENTE**], doravante denominada "**Outorgante**", nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os Srs. [●], [Qualificação], para, em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação, praticar os seguintes atos na República Federativa do Brasil, em Juízo e fora dele:

(a) Representar a **Outorgante** perante quaisquer entidades, órgãos ou departamentos governamentais, sociedades abertas ou fechadas e quaisquer agências governamentais, incluindo o **INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ - IAP**, para estabelecer e manter entendimentos com referidas entidades públicas, agências, órgãos ou departamentos, para receber citação e notificação de qualquer natureza, para requerer e/ou promover consultas, para requerer certificados e outros documentos e para praticar os atos necessários durante a realização do certame licitatório descrito no **EDITAL de CONCORRÊNCIA Nº 001/2019 - IAP**, inclusive para interpor recursos e renunciar ao direito de interpor recursos;

(b) Assumir compromissos e/ou obrigações em nome da **Outorgante** e de qualquer forma contratar, fazer acordos, dar e receber quitação em nome da **Outorgante**;

(c) Representar a **Outorgante** na defesa de seus interesses em Juízo, em qualquer instância e perante qualquer Juízo ou Tribunal, inclusive mediante a contratação de advogados, com poderes especiais para confessar, transigir, desistir, dar e receber quitação;

(d) Receber citação para ações judiciais e intimações ou notificações em processos administrativos e judiciais; e

(e) A seu critério, substabelecer, no todo ou em parte, com reserva de poderes, qualquer dos poderes aqui conferidos, nas condições que julgar ou que julgarem apropriadas.

Esta procuração tem prazo de validade mínima de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data para recebimento dos Envelopes, devendo ser prorrogada, por igual prazo, com 30 (trinta) dias de antecedência da data de expiração.

[Local], [●] de [●] de 2019.

---

**[PROPONENTE]**

[Assinatura do(s) Representante(s) Legal(is)]



**ANEXO 5 - MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA  
ECONÔMICA**  
(Subitem 15.1 do EDITAL)

**À COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Ref.: **EDITAL** de **CONCORRÊNCIA Nº 001/2019 - IAP**

Prezados Senhores,

1. Atendendo ao disposto no **EDITAL** de **CONCORRÊNCIA Nº 001/2019 - IAP**, a **PROPONENTE** [Qualificação da **PROPONENTE**], por meio de seu(s) Representante(s) Legal(is), apresenta sua **PROPOSTA ECONÔMICA** para execução do objeto da **LICITAÇÃO** em referência.
2. Propomos, como **MAIOR PERCENTUAL** sobre a **RECEITA OPERACIONAL BRUTA** a ser paga, mensalmente, ao **PODER CONCEDENTE**, para exploração da **ÁREA DA CONCESSÃO** do **PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA**, nos termos do **EDITAL** de **CONCORRÊNCIA Nº 001/2019 - IAP**, o percentual de [●] ([●] pontos percentuais).
3. Declaramos, expressamente, que:
  - 3.1. A presente **PROPOSTA ECONÔMICA** é válida por 180 (cento e oitenta) dias, contados da data para recebimento dos Envelopes, conforme especificado no **EDITAL** de **CONCESSÃO DE USO**;
  - 3.2. Concordamos, integralmente e sem qualquer restrição, com as condições da contratação estabelecidas no **EDITAL** em referência e seus **ANEXOS**;
  - 3.3. Confirmamos que temos pleno conhecimento da **ÁREA DA CONCESSÃO** no **PEVV**;
  - 3.4. Assumimos, desde já, a integral responsabilidade pela realização dos encargos em conformidade com o disposto no **CADERNO DE ENCARGOS** e demais obrigações do **CONTRATO** de **CONCESSÃO DE USO** e seus **ANEXOS**, pelo **PLANO DE MANEJO**, pelos regulamentos do **IAP** e por outros diplomas legais aplicáveis; e



**3.5.** Cumpriremos, integralmente, todas as obrigações e requisitos contidos no **CONTRATO** de **CONCESSÃO DE USO**, sendo observadas, na íntegra, as premissas constantes do **EDITAL** e seus **ANEXOS**;

Atenciosamente,

[Local], [●] de [●] de 2019.

---

**[PROPONENTE]**

[Assinatura do Representante(s) Legal(is) com firma reconhecida]



**ANEXO 6 - MODELO DE CARTA DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS  
DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO**  
(Subitem 16.1 do EDITAL)

**À COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Ref.: **EDITAL** de **CONCORRÊNCIA Nº 001/2019 - IAP**

Prezados Senhores,

Atendendo ao **EDITAL** de **CONCORRÊNCIA Nº 001/2019 - IAP**, a **PROPONENTE**, [Qualificação da **PROPONENTE**], por meio de seu(s) Representante(s) Legal(is) abaixo assinado(s), apresenta, anexos, os documentos para sua qualificação na **LICITAÇÃO** em referência, organizados consoante a ordem estabelecida no item **16** do **EDITAL**.

Fica, a **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, autorizada a conduzir diligências para verificar as declarações, documentos e informações apresentadas, bem como buscar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários para elucidar as informações contidas nos documentos apresentados, ficando também as empresas, entidades e/ou instituições mencionadas em qualquer documento autorizadas a fornecer toda e qualquer informação e/ou declaração solicitada pelo **PODER CONCEDENTE**.

A **PROPONENTE** declara, expressamente, que atendeu a todos os requisitos e critérios para Qualificação e apresentou os **DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO**, conforme definido no **EDITAL**, de forma correta.

A **PROPONENTE** declara, ainda, que os **DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO** ora apresentados são completos, verdadeiros e corretos em cada detalhe, e que, portanto, responderá pela veracidade de todas as informações prestadas.

A **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO** será imediatamente informada a respeito de qualquer ocorrência ou fato que possa comprometer ou impedir a Qualificação até a homologação da **LICITAÇÃO**.

[Local], [●] de [●] de 2019.

---

**[PROPONENTE]**

[Assinatura do(s) Representante(s) Legal(is)]



**ANEXO 7 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUBMISSÃO À LEGISLAÇÃO  
BRASILEIRA E RENÚNCIA DE RECLAMAÇÃO POR VIA DIPLOMÁTICA**  
(Subitem 16.9.2 do EDITAL)

**À COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Ref.: **EDITAL** de **CONCORRÊNCIA Nº 001/2019 - IAP**

Prezados Senhores,

Em atendimento ao **EDITAL** em referência, a **[PROPONENTE]**, [Qualificação da **PROPONENTE**], por seu(s) Representante(s) Legal(is), declara, para os devidos fins, sua formal e expressa submissão à legislação brasileira e renúncia integral de reclamar, por quaisquer motivos de fato ou de direito, por via diplomática.

[Local], [●] de [●] de 2019.

---

**[PROPONENTE]**

[Assinatura do(s) Representante(s) Legal(is)]

[





**ANEXO 8 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS EQUIVALENTES  
(PROPONENTE ESTRANGEIRA)  
(Subitem 16.9.3.2 do EDITAL)**

**À COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Ref.: **EDITAL** de **CONCORRÊNCIA Nº 001/2019 - IAP**

Prezados Senhores,

Em atendimento ao Subitem **16.8.4.2** do **EDITAL** em referência, a **[PROPONENTE]**, **[Qualificação da PROPONENTE]**, por seu(s) Representante(s) abaixo assinado(s), declara, sob as penas da legislação aplicável, que os documentos abaixo indicados do país de origem da empresa são equivalentes aos documentos exigidos no **EDITAL** em referência.

Descrição do documento do país de origem	Documento exigido no <b>EDITAL</b>	Item do <b>EDITAL</b> em que o documento é exigido

[Local], [●] de [●] de 2019.

---

**[PROPONENTE]**  
[Assinatura do(s) Representante(s) Legal(is)]

**ANEXO 9 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DOCUMENTOS  
EQUIVALENTES (PROPONENTE ESTRANGEIRA)**  
(Subitem 16.9.4.1 do EDITAL)

**À COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Ref.: **EDITAL** de **CONCORRÊNCIA Nº 001/2019 - IAP**

Prezados Senhores,

Em atendimento ao **EDITAL** em referência, a [**PROPONENTE**], [Qualificação da **PROPONENTE**], por seu(s) Representante(s) abaixo assinado(s), declara, sob as penas da legislação aplicável, que os documentos abaixo indicados, exigidos no **EDITAL** em referência, não possuem documento equivalente no país de origem da empresa.

Documento exigido no <b>EDITAL</b> que não possui documento equivalente no país de origem	Item do <b>EDITAL</b> em que o documento é exigido

Declara, ainda, em atendimento ao **EDITAL** em referência, sob as penas da legislação aplicável, por si, por seus sucessores e cessionários, que não possui débitos de natureza fiscal.

[Local], [●] de [●] de 2019.

---

[**PROPONENTE**]  
[Assinatura do(s) Representante(s) Legal(is)]

**ANEXO 10 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE FINANCEIRA**  
(Subitem 16.35 do EDITAL)

**À COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Ref.: **EDITAL** de **CONCORRÊNCIA Nº 001/2019 - IAP**

Prezados Senhores,

Em atendimento ao **EDITAL** em referência, a **[PROPONENTE]**, [Qualificação da **PROPONENTE**], por seu(s) Representante(s) Legal(is) abaixo assinado(s), declara, sob as penas da legislação aplicável, que dispõe ou tem capacidade de obter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de aporte de recursos próprios e de terceiros necessários à consecução do objeto da **CONCESSÃO DE USO**.

Declara, além disso, que **(i)** tem capacidade de contratar todos os seguros necessários à consecução do objeto da **CONCESSÃO DE USO**; **(ii)** dispõe ou tem capacidade de obter os recursos para a integralização do capital social da **CONCESSIONÁRIA**; **(iii)** tem condições financeiras de executar todos os investimentos e encargos, conforme estabelecido no **CADERNO DE ENCARGOS** e na **MINUTA DE CONTRATO** de **CONCESSÃO DE USO**; e, **(iv)** tem capacidade de apresentar **GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**, nos termos da **MINUTA DE CONTRATO**.

[Local], [●] de [●] de 2019.

---

**[PROPONENTE]**

[Assinatura do(s) Representante(s) Legal(is)]



**ANEXO 11 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DOS  
TERMOS DO EDITAL E SEUS ANEXOS**  
(Subitem 16.36 do EDITAL)

**À COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Ref.: **EDITAL** de **CONCORRÊNCIA Nº 001/2019 - IAP**

Prezados Senhores,

Em atendimento ao **EDITAL** em referência, a **[PROPONENTE]**, [Qualificação da **PROPONENTE**], por seu(s) Representante(s) abaixo assinado(s), declara, sob as penas da legislação aplicável, que tem pleno conhecimento dos termos do **EDITAL** em referência e seus **ANEXOS**.

[Local], [●] de [●] de 2019.

---

**[PROPONENTE]**  
[Assinatura do(s) Representante(s) Legal(is)]



**ANEXO 12 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTO  
PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO**  
(Subitem 16.37 do EDITAL)

**À COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Ref.: **EDITAL** de **CONCORRÊNCIA Nº 001/2019 - IAP**

Prezados Senhores,

Em atendimento ao **EDITAL** em referência, a **[PROPONENTE]**, [Qualificação da **PROPONENTE**], por seu(s) Representante(s) Legal(is) abaixo assinado(s), declara, sob as penas da legislação aplicável, que não está impedida de participar de licitações públicas nem de contratar com o Poder Público.

[Local], [●] de [●] de 2019.

---

**[PROPONENTE]**  
[Assinatura do(s) Representante(s) Legal(is)]



**ANEXO 13 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES DO  
PEVV**

(Subitem 16.38 do EDITAL)

**À COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Ref.: **EDITAL** de **CONCORRÊNCIA Nº 001/2019 - IAP**

Prezados Senhores,

Em atendimento ao **EDITAL** em referência, a **[PROPONENTE]**, [Qualificação da **PROPONENTE**], por seu(s) Representante(s) abaixo assinado(s), declara, sob as penas da legislação aplicável, que tem pleno conhecimento das condições da **ÁREA DA CONCESSÃO** no **PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA**, bem como das demais informações disponibilizadas e dos termos e condições estabelecidos no **EDITAL** e seus **ANEXOS**.

[Local], [●] de [●] de 2019.

---

**[PROPONENTE]**

[Assinatura do(s) Representante(s) Legal(is)]





**ANEXO 14 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 7º,  
INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL  
(Subitem 16.39 do EDITAL)**

**À COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Ref.: **EDITAL** de **CONCORRÊNCIA Nº 001/2019 - IAP**

Prezados Senhores,

Em atendimento ao **EDITAL** em referência, a **[PROPONENTE]**, [Qualificação da **PROPONENTE**], por seu(s) Representante(s) Legal(is) abaixo assinado(s), declara, sob as penas da legislação aplicável, por si, por seus sucessores e cessionários, que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, quais sejam:

- (i) Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos; e,
- (ii) De qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (catorze) anos.

[Local], [●] de [●] de 2019.

---

**[PROPONENTE]**  
[Assinatura do(s) Representante(s) Legal(is)]

**ANEXO 15 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PROCESSO  
FALIMENTAR, RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL, LIQUIDAÇÃO  
JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL, INSOLVÊNCIA, ADMINISTRAÇÃO ESPECIAL  
TEMPORÁRIA OU SOB INTERVENÇÃO DO ÓRGÃO FISCALIZADOR  
COMPETENTE  
(Subitem 16.4o do EDITAL)**

**À COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Ref.: **EDITAL** de **CONCORRÊNCIA Nº 001/2019 - IAP**

Prezados Senhores,

Em atendimento ao **EDITAL** em referência, a **[PROPONENTE]**, [Qualificação da **PROPONENTE**], por seu(s) Representante(s) Legal(is) abaixo assinado(s), declara, sob as penas da legislação aplicável, por si, por seus sucessores e cessionários, que não se encontra em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação judicial ou extrajudicial, insolvência, administração especial temporária ou sob intervenção do órgão fiscalizador competente.

(As **PROPONENTES** que estiverem em recuperação judicial que tiveram seu Plano de Recuperação aprovado judicialmente poderão participar do certame, devendo declarar esta condição).

[Local], [●] de [●] de 2019.

---

**[PROPONENTE]**  
[Assinatura do(s) Representante(s) Legal(is)]

**ANEXO 16 - MODELO DE COMPROMISSO DE COMPLIANCE**  
(Subitem 16.41 do EDITAL)

**À COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Ref.: **EDITAL** de **CONCORRÊNCIA Nº 001/2019 - IAP**

Prezados Senhores,

A **[PROPONENTE]**, [Qualificação da **PROPONENTE**], por seu(s) Representante(s) Legal(is) abaixo assinado, através da presente, declara que conhece o conjunto de normas brasileiras que vedam e punem condutas de corrupção ativa e passiva, comprometendo-se a não empreender tais condutas, bem como, caso se logre vencedora do certame, a implantar, em um prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da assinatura do **CONTRATO** de **CONCESSÃO DE USO, PROGRAMA DE INTEGRIDADE** em conformidade com o disposto na legislação, em especial a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; Decreto nº 10.271, de 21 de fevereiro de 2014; Portaria CGU n.º 909, de 07 de abril de 2015 e Diretrizes para Empresas Privadas - Programa de Integridade emitido pela Controladoria Geral da União em setembro de 2015.

[Local], [●] de [●] de 2019.

---

**[PROPONENTE]**

[Assinatura do(s) Representante(s) Legal(is)]



**ANEXO 17 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DO DISPOSTO NO  
ARTIGO 10 DA LEI FEDERAL Nº 9.605/1998 (CRIMES AMBIENTAIS)**  
(Subitem 16.42 do EDITAL)

**À COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Ref.: **EDITAL de CONCORRÊNCIA Nº 001/2019 - IAP**

Prezados Senhores,

A **[PROPONENTE]**, [Qualificação da **PROPONENTE**], por seu(s) Representante(s) Legal(is) abaixo assinado, interessada em participar da **CONCORRÊNCIA Nº 001/2019 - IAP** declara, sob as sanções cabíveis, de que não está sob pena de interdição temporária de direitos de que trata o artigo 10 da Lei Federal nº 9.605/1998.

[Local], [●] de [●] de 2019.

---

**[PROPONENTE]**

[Assinatura do(s) Representante(s) Legal(is)]



**ANEXO 18 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**  
(Subitem 16.43 do EDITAL)

**À COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Ref.: EDITAL de CONCORRÊNCIA Nº 001/2019 - IAP

Prezados Senhores,

A [**PROPONENTE**], [Qualificação da **PROPONENTE**], por seu(s) Representante(s) Legal(is) abaixo assinado, interessada em participar da **CONCORRÊNCIA Nº 001/2019 - IAP** declara, sob as penas da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Declara estar ciente da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o **CADERNO DE ENCARGOS** relativo aos critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Declara, ainda, estar ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso a **PROPONENTE** exerça uma das atividades constantes na Instrução Normativa nº 31, de 03 de dezembro de 2009, do IBAMA, bem como na Lei nº 17.279, de 01 de agosto de 2012.

[Local], [●] de [●] de 2019.

---

[**PROPONENTE**]

[Assinatura do(s) Representante(s) Legal(is)]

## **ANEXO 19 - DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS**

### **1. DO PLANO DE NEGÓCIOS**

**1.1. O PLANO DE NEGÓCIOS** tem como objetivo consolidar as informações básicas relativas à **CONCESSÃO DE USO** do **PEVV**, de forma a permitir, ao **PODER CONCEDENTE**, a análise de compatibilidade da **PROPOSTA ECONÔMICA** quanto aos seguintes tópicos:

**1.1.1.** Adequação e viabilidade econômica e financeira da **CONCESSÃO DE USO**;

**1.1.2.** Projeções dos volumes de demanda;

**1.1.3.** Informações sobre custos projetados, de forma que se possa definir a equação financeira em que baseou o cálculo do valor percentual da **OUTORGA**;

**1.1.4.** Adequação e viabilidade dos investimentos em Infraestrutura,

**1.1.5.** Descrição detalhada da organização dos serviços objeto da **CONCESSÃO DE USO**; e

**1.1.6.** Listagem e cronograma dos investimentos programados.

**1.2. O PLANO DE NEGÓCIOS** é de exclusiva responsabilidade da **PROPONENTE** e deverá ser consistente em si e com a **PROPOSTA ECONÔMICA**, devendo ser suficientemente claro quanto às diretrizes adotadas.

**1.3. O PLANO DE NEGÓCIOS** deverá conter o detalhamento das premissas utilizadas na sua elaboração.

**1.4. O PLANO DE NEGÓCIOS** deverá ser elaborado, pela **PROPONENTE**, nos moldes a seguir definidos, para possibilitar, ao **PODER CONCEDENTE**, o devido conhecimento acerca da base de informações físico-financeiras sobre a qual a **PROPONENTE** estruturou sua **PROPOSTA ECONÔMICA**.

### **2. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS**

**2.1.** As Planilhas Financeiras incluídas no **PLANO DE NEGÓCIOS** deverão ser fornecidas em arquivos em meio magnético (*Pendrive*), gravados em padrão PDF (*Adobe Acrobat*) e em *softwares* que as originaram, contendo as fórmulas e cálculos

que resultaram no Fluxo de Caixa das projeções financeiras, para melhor possibilitar a análise e a consistência dos cálculos.

**2.1.1.** Ocorrendo divergência entre valores indicados na Planilha impressa e aqueles constantes da Planilha em meio magnético, prevalecerão aqueles da Planilha impressa.

**2.1.2.** Os arquivos gravados deverão estar disponíveis para leitura sem uso de qualquer meio de proteção por senha ou chave de acesso e poderão estar compactados, desde que seja entregue também o *software* utilitário empregado na compactação.

**2.2.** Na elaboração do **PLANO DE NEGÓCIOS** deverão ser observados os princípios fundamentais de contabilidade aceitos no Brasil e submetidos ao regime da Lei Federal nº 6.404/76 e alterações posteriores, especialmente as introduzidas pela Lei nº 11.638/2007, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade convergidas às normas internacionais, mediante a aplicação da *International Financial Reporting Standards* – IFRS, além das disposições da legislação fiscal vigente, inclusive as referentes à amortização e depreciação dos investimentos.

**2.3.** A **PROPONENTE** deverá realizar as projeções em moeda constante (não considerando a inflação).

**2.3.1.** Para conversão de valores em moeda estrangeira que serão negociados pela **CONCESSIONÁRIA**, a **PROPONENTE** deverá apresentar as taxas de câmbio reais esperadas para projeção em moeda constante.

**2.4.** O **PLANO DE NEGÓCIOS** deverá ser apresentado em milhares de Reais (R\$1.000) e todos os valores constantes deverão ser corrigidos pelo **IPCA** e apresentados na data base do primeiro dia do mês de apresentação da **PROPOSTA ECONÔMICA**.

**2.5.** No **PLANO DE NEGÓCIOS** deverão ser informadas as premissas que constituíram os demonstrativos financeiros, contendo as hipóteses sobre os quais elas foram baseadas.

### **3. DAS PLANILHAS**

**3.1.** A **PROPONENTE** deverá preencher Planilhas Demonstrativas de Resultados e Fluxo de Caixa Consolidado para cada ano do prazo de vigência da **CONCESSÃO DE USO**, elaborada em *Excel*, para edição de fórmulas e valores, contendo, no mínimo, as seguintes informações:



### 3.1.1. Planilha 1 - **Projeção Anual da Demanda**

**3.1.1.1.** A **PROPONENTE** deverá preencher a projeção de demanda anual de visitantes ao longo do prazo da **CONCESSÃO DE USO**.

**3.1.1.2.** A **PROPONENTE** deverá informar a Taxa de Crescimento anual utilizada para todo o período da **CONCESSÃO**.

### 3.1.2. Planilha 2 - **Projeção Anual das Receitas:**

**3.1.2.1.** A **PROPONENTE** deverá informar e detalhar a projeção dos valores provenientes das receitas, em base anual, previstas ao longo do prazo do **CONTRATO**, bem como as projeções das demais receitas operacionais e não operacionais.

**3.1.2.2.** A **PROPONENTE** deverá apresentar a projeção de demanda detalhada em planilha contendo a fórmula de cálculo e vínculo com as projeções de demanda.

### 3.1.3. Planilha 3 - **Projeção Anual dos Tributos sobre as Receitas**

**3.1.3.1.** A **PROPONENTE** deverá informar e detalhar os tributos que incidirão sobre os itens de receitas, seu regime de tributação, base de cálculo e alíquotas.

### 3.1.4. Planilha 4 - **Projeção dos Custos e Despesas Operacionais**

**3.1.4.1.** A **PROPONENTE** deverá preencher a previsão de custos e despesas operacionais abertos por natureza para todo o período da **CONCESSÃO DE USO**, de acordo com os investimentos obrigatórios e encargos previstos no **CADERNO DE ENCARGOS**, incluindo, dentre outros:

**3.1.4.1.1.** Trabalhos Iniciais;

**3.1.4.1.2.** Custos Administrativos;

**3.1.4.1.3.** Outras despesas, como às garantias e seguros a serem contratados;

**3.1.4.1.4.** Custos de reforma, manutenção ou aquisição de bens;

**3.1.4.1.5.** Amortização do ativo financeiro e intangível (normas contábeis), além das despesas com depreciação (prazos legais);



**3.1.4.1.6.** Riscos de **(i)** Engenharia; **(ii)** Operacionais; **(iii)** Responsabilidade Civil; **(iv)** Garantia de Execução; **(v)** Perda de Receita.

### **3.1.5. Planilha 5 - Somatória dos Desembolsos Anuais**

**3.1.5.1.** A **PROPONENTE** deverá informar a somatória dos desembolsos anuais para todo o período da **CONCESSÃO DE USO**.

### **3.1.6. Planilha 6 - Taxas Anuais de Financiamentos**

**3.1.6.1.** A **PROPONENTE** deverá preencher as principais premissas dos financiamentos considerados em seu **PLANO DE NEGÓCIOS**, tais como nome da Instituição Financeira, valor captado, porcentagem de financiamento sobre os itens financiáveis, ano de captação, prazos de carência, prazo de amortização, custo financeiro e sistema de amortização para cada financiamento a ser contratado.

**3.1.6.2.** Adicionalmente, deverão ser preenchidas as projeções anuais de captações, pagamento de juros e amortizações para cada financiamento a ser contratado e para todo o prazo da **CONCESSÃO DE USO**.

### **3.1.7. Planilha 7 - Indicação do Valor em Reais da Despesa Financeira Anual**

**3.1.7.1.** A **PROPONENTE** deverá indicar o valor, em Reais, do total das despesas financeiras para todo o período da **CONCESSÃO**

### **3.1.8. Planilha 8 - Projeção dos Investimentos**

**3.1.8.1.** A **PROPONENTE** deverá informar e detalhar os investimentos, discriminando aqueles que comporão o ativo financeiro e o intangível e aqueles que farão parte do ativo imobilizado.

### **3.1.9. Planilha 9 - Seguros e Garantias**

**3.1.9.1.** A **PROPONENTE** deverá informar e detalhar as garantias e seguros que deverão ser contratados, para atender as exigências contratuais, durante a **CONCESSÃO DE USO**, com a indicação das condições características de cada produto e custos.

**3.2.** A **PROPONENTE** deverá projetar o Fluxo de Caixa do Projeto (**SPE** desalavancado) e o Fluxo de Caixa do Acionista (**SPE** alavancado), compatível com as premissas adotadas no **PLANO DE NEGÓCIOS**. Deverá ser calculada a Taxa Interna de Retorno para o Fluxo de Caixa do Projeto e para o Fluxo de Caixa do Acionista.

**3.2.1.** O objetivo de demonstração do Fluxo de Caixa Desalavancado é apresentar o fluxo de caixa sem o efeito dos financiamentos para todo o prazo da **CONCESSÃO DE USO**. A única informação a ser preenchida pela **PROPONENTE** é a necessidade de capital de giro estimada para cada ano de projeção.

**3.2.2.** O objetivo de demonstração do Fluxo de Caixa Alavancado é apresentar o fluxo de caixa incorporando o efeito dos financiamentos para todo o prazo da **CONCESSÃO DE USO**. A única informação a ser preenchida pela **PROPONENTE** é a projeção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) para cada ano da **CONCESSÃO**.

**3.3.** A **PROPONENTE** deverá apresentar, de forma sintética, porém, detalhada, os valores referentes às Demonstrações Contábeis e Fiscais da **SPE**.

**3.3.1.** Balanço Patrimonial da **CONCESSIONÁRIA** anual projetados para cada ano de vigência da **CONCESSÃO DE USO**;

**3.3.2.** Demonstrativo de resultado contábil da **CONCESSIONÁRIA** anual projetados para cada ano de vigência da **CONCESSÃO DE USO**; e

**3.3.3.** Projeção da Estrutura de Capital da **CONCESSIONÁRIA** para cada ano de vigência da **CONCESSÃO DE USO**.

**3.4.** Para fins de exame e avaliação da **PROPOSTA ECONÔMICA**, as **RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS** poderão ser consideradas.

**3.5.** É facultado à **PROPONENTE** apresentar Quadros Auxiliares que facilitem a compreensão e vinculação de fórmulas das Planilhas.

**3.6.** Cada **PROPONENTE** deverá seguir as instruções abaixo no processo de elaboração do **PLANO DE NEGÓCIOS**.

**3.6.1.** Considerar o prazo de 30 (trinta) anos para a **CONCESSÃO DE USO**, contados a partir da data de assinatura do **CONTRATO**;



**3.6.2.** Expressar todos os valores em Reais, na data base do primeiro dia do mês de apresentação da **PROPOSTA ECONÔMICA**;

**3.6.3.** Indicar projeção em moeda constante, ou seja, sem considerar o efeito da inflação;

**3.6.4.** Considerar as normas contábeis e fiscais vigentes atualmente no país;

**3.6.5.** Considerar todos os tributos incidentes sobre o objeto da **LICITAÇÃO**, na forma da legislação vigente, salvo as exceções definidas neste **EDITAL** e em seus **ANEXOS**.

**3.7.** O **PLANO DE NEGÓCIOS** deverá estar incluso no Envelope nº 01.

**3.8.** Juntamente com o **PLANO DE NEGÓCIOS** deverão ser apresentados:

**3.8.1.** Carta de análise do **PLANO DE NEGÓCIOS** por Instituição Financeira, nos termos do subitem **15.9.1** do **EDITAL**;

**3.8.2.** Termo de Confidencialidade celebrado entre a **PROPONENTE** e a Instituição Financeira, nos termos do subitem **15.9.2** do **EDITAL**.

#### **4. MODELO DE CARTAS**

Modelo nº 01 - **CARTA DE ANÁLISE DO PLANO DE NEGÓCIOS E ADEQUABILIDADE PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**  
(Subitem **15.9.1** do **EDITAL**)

#### **À COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Ref.: **EDITAL** de **CONCORRÊNCIA** Nº 001/2019 - IAP

Prezados Senhores,

**1.** Pela presente Carta, a [nome da Instituição Financeira], Instituição Financeira que assessora a **PROPONENTE** [Qualificação da **PROPONENTE**] **DECLARA** que analisou o **PLANO DE NEGÓCIOS** apresentado pela [**PROPONENTE**] como condição para participar da **CONCORRÊNCIA** para a **CONCESSÃO DE USO** de



área do **PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA** e atesta a sua viabilidade e exequibilidade sob os aspectos da montagem financeira do empreendimento.

2. A [nome da Instituição Financeira] **DECLARA** que analisou o **PLANO DE NEGÓCIOS** sob todos os seus aspectos financeiros, tendo confrontado a metodologia da montagem financeira do empreendimento à luz das melhores práticas de mercado, e realizado os questionamentos e investigações que considerou necessários para sua análise, assumindo, para tanto, a exatidão e completude dos dados e levantamentos utilizados pela **PROPONENTE** como base para a elaboração do **PLANO DE NEGÓCIOS**.

3. Assim sendo, em atendimento ao disposto no **EDITAL**, a [nome da Instituição Financeira] **ATESTA**, em relação ao **PLANO DE NEGÓCIOS** da **PROPONENTE**:

3.1. A exequibilidade e financiabilidade sob os aspectos da montagem financeira do empreendimento, desde que mantidas todas as premissas e parâmetros nele adotados; e

3.2. A coerência das demonstrações e dados financeiros apresentados.

4. Com base em todo o exposto, declara que apoiará o empreendimento objeto da **CONCESSÃO DE USO**, assessorando a **PROPOPONENTE** sob os aspectos financeiros.

[Local], [•] de [•] de 2019.

**Instituição Financeira**  
[Representante(s) Legal(is)]

**[PROponente]**  
[Representante(s) Legal(is)]

Modelo nº 02 - **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE ENTRE A  
PROPONENTE E A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**  
(Subitem 15.9.2 do EDITAL)

**À COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Ref.: **EDITAL de CONCORRÊNCIA Nº 001/2019 - IAP**

Prezados Senhores,

1. Salvo se de forma diversa estiver definido, considera-se:

**1.1. INSTITUIÇÃO:** é o(a) [nome da Instituição Financeira];

**1.2. REPRESENTANTE(S):** (i) os administradores e funcionários da Instituição ou de suas controladas ou coligadas; e, (ii) os consultores, advogados, auditores, contadores, agentes, intermediários financeiros e outras pessoas que, por meio da **INSTITUIÇÃO**, que venham a ter acesso às **INFORMAÇÕES** exclusivamente com objetivo de avaliar a viabilidade ou adequabilidade do **PLANO DE NEGÓCIOS** da **PROPONENTE**;

**1.3. INFORMAÇÕES:** são as informações disponibilizadas pela **PROPONENTE** à **INSTITUIÇÃO**, para a emissão de carta que ateste a viabilidade e adequabilidade do **PLANO DE NEGÓCIOS** da **PROPONENTE**, conforme disposto no **EDITAL**.

2. O termo **INFORMAÇÕES** não inclui as informações públicas, assim consideradas que:

**2.1.** Eram de domínio público ao tempo de sua divulgação à **INSTITUIÇÃO**;

**2.2.** Tenham se tornado de domínio público após sua divulgação à **INSTITUIÇÃO**, desde que tal divulgação não tenha sido feita pela **INSTITUIÇÃO**, seu(s) **REPRESENTANTE(S)** ou por outro participante que tenha tido acesso às **INFORMAÇÕES**;

**2.3.** Tornaram-se disponíveis à **INSTITUIÇÃO**, em bases não confidenciais, por fontes outras que não a **PROPONENTE**, contanto que tais fontes não estejam proibidas a transmitir as **INFORMAÇÕES** à **INSTITUIÇÃO**.

3. A **INSTITUIÇÃO** e seu(s) **REPRESENTANTE(S)** obrigam-se a manter as **INFORMAÇÕES** em sigilo, não as transmitindo ou revelando a terceiros que não sejam seu(s) **REPRESENTANTE(S)**.

4. A obrigação de manter sigilo inclui:

**4.1.** Não utilizar as **INFORMAÇÕES** para nenhuma outra finalidade que não aquelas relacionadas com a participação da **PROPONENTE** na **LICITAÇÃO**;

**4.2.** Não discutir perante ou com terceiros sobre as **INFORMAÇÕES** (o(s) **REPRESENTANTE(S)** não é(são) considerado(s) terceiros);

**4.3.** Não usar, divulgar, revelar ou dispor, sob qualquer forma, das **INFORMAÇÕES** que não para avaliar a participação da **PROPONENTE** na **LICITAÇÃO**, cumprindo, ainda, adotar as cautelas e precauções adequadas para impedir o uso indevido por qual(is)quer **REPRESENTANTE(S)**; e

**4.4.** Guardar e manter sob sigilo todas as cópias, reproduções, sumários, análises ou comunicados referentes às **INFORMAÇÕES** ou nelas baseados, devendo devolvê-los à **PROPONENTE**, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da solicitação desta.

**5.** Quaisquer **INFORMAÇÕES** que, porventura, forem retidas pela **INSTITUIÇÃO** continuarão sujeitas ao disposto neste Termo de Confidencialidade.

**6.** A **INSTITUIÇÃO** deverá comunicar à **PROPONENTE**, prontamente e antes de qualquer divulgação, sobre qualquer eventual determinação administrativa ou judicial, que o obrigue a divulgar **INFORMAÇÕES**, mesmo que parcialmente, desde que tal comunicação seja permitida no âmbito da respectiva lei ou ordem administrativa ou judicial aplicável.

**7.** A **INSTITUIÇÃO** e qualquer de seu(s) **REPRESENTANTE(S)**, a partir da data de celebração deste Termo de Confidencialidade, e até a data de entrega da **PROPOSTA ECONÔMICA**, obrigam-se a:

**7.1.** Não emitir a Carta que ateste a viabilidade e a adequabilidade do **PLANO DE NEGÓCIOS** em favor de outra **PROPONENTE**; e

**7.2.** Abster-se da prática de qualquer outro ato que possa resultar, direta ou indiretamente, em uso não adequado das **INFORMAÇÕES**.

**8.** A **INSTITUIÇÃO** que, por si ou por seu(s) **REPRESENTANTE(S)**, tiver violado as obrigações previstas neste Termo obriga-se a indenizar e ressarcir o **PODER CONCEDENTE** e a **PROPONENTE** pelas perdas, danos e/ou custos incorridos, que sejam diretamente decorrentes ou relacionados à referida violação, sem qualquer limitação.

**9.** A **INSTITUIÇÃO** deverá atender às solicitações de diligência da **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis.

**10** A **INSTITUIÇÃO** e/ou qualquer de seu(s) **REPRESENTANTE(S)** estão isentos de qualquer obrigação legal ou responsabilidade no que se refere à realização da





**LICITAÇÃO**, ressalvadas as obrigações assumidas no presente Termo de Confidencialidade.

**11.** Este Termo de Confidencialidade será regido pelas leis da República Federativa do Brasil.

[Local], [•] de [•] de 2019.

**Instituição Financeira**  
[Representante(s) Legal(is)]

**[PROPONENTE]**  
[Representante(s) Legal(is)]



## **ANEXO 20 - MINUTA DE CONTRATO**

Este documento será disponibilizado separadamente.